



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2022-2023)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2022

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [Augusto Ernesto Santos Silva](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)  
[Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco](#)  
[Palmira Maciel Fernandes da Costa](#)  
[Lina Maria Cardoso Lopes](#)

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à renúncia ao mandato de duas Deputadas do PS e à suspensão do mandato de um Deputado do PSD, à assunção dos mandatos correspondentes e às respetivas substituições.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 34/XV/1.<sup>a</sup>, da Proposta de Resolução n.º 4/XV/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 291, 301, 302, 310 a 314, 316, 317, 321 e 323/XV/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 235 a 239 e 242 e 243/XV/1.<sup>a</sup>

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre a localização e



































































O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus**: — ... não estamos atrasados, ao contrário do que diz, em matéria de execução do PRR e, sobre apoios às empresas, vamos ter, até 2030, entre o PRR e o PT2030, 11 mil milhões de euros para financiar projetos empresariais. É apenas mais 90% do que tivemos no quadro financeiro anterior, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

*Protestos do PSD.*

O Sr. Deputado Sérgio Marques elogia a presença e a capacidade de liderança da Presidente da Comissão Europeia, no seu discurso. Não posso estar mais de acordo. Na verdade, como referi na minha intervenção inicial, o facto de o discurso ter sido centrado na guerra que a Rússia está a realizar em território ucraniano e na necessidade de a União Europeia ter uma resposta unida e solidária perante essa ameaça e de ter uma posição coesa e de liderança é, sem dúvida, o caminho certo e, felizmente, tivemos essa manifestação, no Parlamento Europeu, por parte da Presidente da Comissão Europeia.

O Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega, fala da Bússola Estratégica e diz que Portugal não está interessado ou não dá relevo à Bússola Estratégica. Sr. Deputado, não há nada de mais errado! Participámos ativamente na construção desta Bússola Estratégica e estamos ativamente empenhados na sua execução.

Em matéria de defesa, no plano europeu, fazemos parte da Cooperação Estruturada Permanente, apoiamos o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e, como é sabido, num espírito de solidariedade, temos feito várias remessas de material militar à Ucrânia. Portanto, estamos absolutamente empenhados nessa agenda.

O Sr. Deputado Diogo Pacheco de Amorim retrata uma visão da União Europeia que, manifestamente, não é a nossa e, enfim, que não posso partilhar, pura e simplesmente. E fala do nuclear, que é outra aposta que, simplesmente, também não posso partilhar. Sinceramente, há visões totalmente distintas que nos separam nesta matéria.

O Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal, referiu-se à Hungria, tal como o fez o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Quanto à Hungria, o que está na agenda, neste momento, é o regime de condicionalidade e a decisão que a Comissão Europeia tomou de propor uma suspensão de fundos neste âmbito, sobre a qual terá de haver, sim, uma decisão do Conselho nos próximos meses.

A Hungria, em função dessa proposta da Comissão Europeia, comprometeu-se com um conjunto de remédios, um conjunto de ações que visam corrigir os problemas identificados pela Comissão Europeia e, portanto, o ponto que temos feito — e fi-lo, pessoalmente, ainda recentemente, com a minha homóloga húngara — é o de que é necessário implementar estes compromissos que a Hungria agora assumiu.

A Hungria assumiu compromissos que visam responder aos temas que foram suscitados pela Comissão Europeia no quadro do processo de condicionalidade e é preciso que isso seja posto em prática. Não basta assumir o compromisso, temos de ver a sua materialização e é em função de se verificar, ou não, essa materialização que decidiremos e tomaremos uma posição no Conselho sobre esta matéria.

Quanto à lista de associações ligadas ao regime russo, creio que essa matéria tem sido suscitada em diferentes fóruns nesta Assembleia e que já foi objeto de resposta e de esclarecimento na 1.<sup>a</sup> Comissão.

Quanto ao lítio em Portugal, sim, é uma aposta estratégica do País, mas, enfim, não tenho aqui o detalhe de todos esses projetos e do seu estado de desenvolvimento. Creio que a Iniciativa Liberal terá oportunidade de, junto dos Ministérios da Economia e do Ambiente, suscitar a questão e obter esses esclarecimentos.

Quanto ao Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, referiu que a Presidente da Comissão Europeia não pôs em causa as regras do mercado liberalizado da energia, mas, justamente, a Presidente da Comissão Europeia anunciou — finalmente, a nosso ver! — que as regras do mercado da eletricidade já não são *fit for purpose*, já não são adequadas à realidade atual e precisam de ser estruturalmente revistas. Isso é, sinceramente, algo que nos deixa satisfeitos, pois é o reconhecimento de uma coisa que temos vindo a referir, sistematicamente, há longos meses, que é a necessidade de reformar estruturalmente a forma como o mercado está construído, designadamente o mecanismo de fixação marginalista do preço da eletricidade em função do preço do gás, que hoje em dia já não faz sentido.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, tem de concluir.



O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, vou apressar-me e concluir rapidamente.

Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, pareceu dizer, ou disse mesmo, que a culpa do que se passou em Itália nestas eleições é da União Europeia. Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu não poderia estar mais em desacordo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E de quem é a culpa?!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus**: — Foi a União Europeia que construiu o programa SURE, que permitiu segurar o emprego; foi a União Europeia que, em resposta à crise pandémica, aprovou o *Next Generation EU*, do qual a Itália é, aliás, a maior beneficiária; foi a União Europeia que avançou para um pacote de aquisição conjunta de vacinas; foi a União Europeia que teve uma resposta sólida à pandemia, o que nos permitiu estar numa situação muito melhor daquela em que estaríamos se não tivesse havido essa resposta europeia.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas de quem é a culpa? A culpa é dela, e vocês a defendê-la!

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus**: — Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, creio que há um lapso factual na sua intervenção, porque Portugal apoia a proposta de criação de uma contribuição extraordinária sobre os lucros das empresas de combustíveis e será essa a posição que assumiremos no Conselho de Energia extraordinário, na sexta-feira. Portanto, Portugal está a favor dessa medida e apoia-a, não está contra nem tem qualquer resistência.

O Sr. **Presidente**: — Tem mesmo de concluir, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Europeus**: — Concluo, Sr. Presidente, uma vez que já me tinha referido ao Sr. Deputado Rui Tavares e à questão da Hungria.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Assim concluímos o ponto 2 da nossa ordem do dia.

Passamos ao ponto 3, que consta do debate sobre o relatório de progresso do escrutínio da atividade do Governo, ao abrigo do artigo 226.<sup>o</sup> do Regimento.

Para abrir o debate, tem a palavra, em nome do Governo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Reafirmo o que há instantes disse, que uma democracia forte e saudável é uma democracia com mecanismos de fiscalização e controlo dos vários órgãos de poder. O Governo democrático só sai fortalecido pelo contraditório, pelo debate de ideias, pelo escrutínio que, continuo a sublinhar, deve ser feito na Casa da democracia.

Este tipo de debate, de escrutínio da atividade do Governo, representa uma evolução na capacidade de fiscalização do Parlamento, sendo este, relembro, apenas o segundo debate desta natureza. É, sem dúvida, um contributo inestimável para a robustez e transparência da democracia e do trabalho do Governo.

É preciso sublinhar, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que neste debate não nos debruçamos sobre os últimos seis meses, mas, sim, sobre as duas últimas sessões legislativas da Legislatura anterior. Ou seja, o que nos traz aqui hoje é o escrutínio da atividade anterior do Governo, o que, por razões evidentes, não foi feito, mas cá estou, com toda a transparência, a fazê-lo.

Importa, então, passar aos números. Sobre a regulamentação de leis, foram aprovadas, nas sessões legislativas de que falei, 194 leis, das quais 91% já se encontram regulamentadas. Quer isto dizer que apenas 9% não estavam regulamentadas dentro do prazo, à data da produção deste relatório, mas isso terá de ser feito

Sobre as perguntas e requerimentos dos Srs. Deputados ao Governo, desde setembro de 2020 até março de 2022, foram apresentadas 3 275 perguntas, 79% das quais receberam já resposta por parte do Governo.

Importa referir que o número de respostas está atualizado em relação aos dados que constam do relatório que discutimos, incluindo, assim, as respostas dadas pelo Governo até à semana passada.

É importante ainda referir que esta metodologia é mais transparente, porque a verdade é que, não caducando as perguntas nem os requerimentos, este Governo, o XXIII Governo Constitucional continua a responder às perguntas enviadas pelos Srs. Deputados da Legislatura anterior. Tratam-se, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de cerca de 200 perguntas por mês com resposta por parte do Governo.

Quanto aos requerimentos, no mesmo período, foram apresentados 263, tendo o Governo respondido já a 84% deles.

Gostaria de sublinhar o compromisso do Governo em continuar este trabalho para ir ao encontro de todos os esclarecimentos que os Srs. Deputados peçam.

A Assembleia da República dirigiu ainda 304 recomendações através de resoluções, a maioria das quais teve tradução política.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso é como quem diz!...

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo assume a sua posição de sempre, a de estar disponível para o diálogo com os grupos parlamentares e, também a este propósito, para os debates e para todas as audições. Está no seu funcionamento pleno a Assembleia da República sempre que recomenda alguma coisa ao Governo e está no seu funcionamento pleno o Governo sempre que exercita o seu poder de forma responsável e coerente.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não creio que fosse um exercício correto o de comparar taxas de resposta entre sessões legislativas, sobretudo quando nos reportamos à anterior Legislatura, tendo em conta que as sessões legislativas que hoje analisamos decorreram num período atípico e excecional — relembro, marcado pela pandemia e pela dissolução da Assembleia —, não porque a evolução seja negativa — não o é! —, mas porque o respeito que tenho por esta Casa me obriga a esta transparência.

Sobre a presença de Membros do Governo nesta Casa, cumpre-me dizer que, mesmo com a pandemia, e sobretudo em pandemia, o Governo esteve presente 687 vezes em comissões e 588 vezes em sessões plenárias, o que representa dois Membros do Governo, por dia, na Assembleia da República.

Já nesta Legislatura, contam-se 219 presenças de Membros do Governo em comissões e 270 em Plenário. Isto significa que são, desta vez, 97 Membros do Governo, por mês, nesta Casa, como é seu dever, a fazer o que é a nossa função, o que creio que deita por terra muitos argumentos — aliás, alguns esgrimidos há instantes — sem correspondência com a realidade.

Volto, por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ao que me parece ser o essencial e que é, mais do que estar a massacrá-los com números — perdoem-me esta expressão —, respeitar o Parlamento, ou seja, estarmos disponíveis no Governo para o escrutínio, para as audições, para os requerimentos, para as perguntas que são feitas, para os projetos de resolução, para a regulamentação das leis, que tem de ser feita. É, no fundo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, zelar por aquilo que é mais essencial na vida dos portugueses, a democracia, as liberdades, os seus direitos e a separação de direito que cumprem um Estado de direito democrático.

*Aplausos do PS.*

*Protestos de Deputados do PSD e do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, em nome do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Pinto Moreira.

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Não desmerecendo a relevância formal desta avaliação, e menos ainda a importância de escrutinar a atividade do Governo, a realidade é que os relatórios em apreço reportam à anterior Legislatura e a uma apreciação política foi amplamente realizada, através da expressão popular, nas eleições de 30 de janeiro.

É, portanto, um exercício algo extemporâneo estar a tecer considerações sobre um mandato político que está concluído, apreciado e votado pelos eleitores.

A leitura dos dados inscritos nos relatórios referentes à anterior Sessão Legislativa permite, todavia, registar uma evidente e progressiva falta de cultura democrática do Executivo socialista, particularmente na relação que estabelece com a Assembleia da República.

*Aplausos do PSD.*

É notória, por exemplo, a inclinação pela ausência e negação de resposta aos Deputados, atendendo a que ficam por esclarecer quase 40% das perguntas e requerimentos feitos pelos membros desta Assembleia.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Exato!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Neste ponto em concreto, há verdadeiros campeões da fuga ao escrutínio, como o ex-Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Manuel Heitor, que não respondeu a 93% das questões que lhe foram colocadas.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — É uma ciência!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Ou da ex-Ministra da Cultura, com uma taxa de não-resposta de 88%, e do ex-Ministro da Educação, com 87%.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — É a falta dela!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Na mesma linha, regista-se a mais absoluta indiferença face ao Regimento, que insta o Governo a responder em «prazo razoável» a perguntas sobre «quaisquer atos» por si praticados. Assim como a inconsistência e, porque não dizê-lo, a incosequência legislativa que resulta do facto de termos 86 leis aprovadas que estão por regulamentar.

Na prática, os relatórios de fiscalização da atividade do Governo durante a XIV Legislatura já denunciavam sintomas fortes de uma doença que se veio a manifestar, em estado agudo, após as eleições legislativas,...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — ... a da manifesta aversão ao debate parlamentar, ao confronto de opiniões e à prestação de contas perante os representantes do povo português.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em apenas seis meses, decorridos na XV Legislatura, este comportamento atingiu padrões verdadeiramente lamentáveis.

A maioria socialista impediu a presença de sete ministros nesta Assembleia. Não uma, não duas, não três, mas sete audições vetadas...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Oito!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Sim, oito,...

*Aplausos do PSD.*

... naquilo que se pode qualificar como um insulto à democracia representativa e à normalidade do funcionamento das instituições e órgãos de soberania. O caso recente com a Ministra da Defesa é paradigmático. Numa matéria de segurança nacional, como foi a venda, na *dark web*, de documentos classificados sobre a NATO, a sua presença no Parlamento, à porta fechada, foi recusada, impedindo o elementar esclarecimento dos Deputados sobre uma questão que fere gravemente a credibilidade internacional do Estado português.

Acresce que, só nas duas últimas semanas — nas duas últimas semanas, repito —, vários ministros faltaram à chamada feita por esta Câmara em matérias relevantes sobre as áreas que tutelam e que estavam a ser discutidas em Plenário.

Refiro-me, em concreto, aos Ministros da Administração Interna e da Agricultura, que tutelam as florestas, no debate sobre as falhas na prevenção e combate aos incêndios deste verão; à Ministra da Agricultura, na questão do banco de terras e do fundo de mobilização de solos; à Ministra da Justiça, na discussão sobre o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional; aos Ministros das Finanças, da Economia e do Mar e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre os programas de emergência social.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E outros!

O Sr. **Joaquim Pinto Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estamos perante uma sequência que, certamente, não envergonha os dirigentes do Partido Socialista — ungidos que se sentem pela propriedade do Estado e das instituições — mas que importa, sem dúvida, denunciar e combater neste fórum, com toda a legitimidade e meios que, felizmente, a democracia garante.

Esta é a maioria que, assegurava o Sr. Primeiro-Ministro na noite eleitoral de 30 de janeiro, não se iria tornar num poder absoluto. Decorridos oito meses, verifica-se que essa afirmação não passou de mera figura de retórica, proferida certamente com mais oportunismo do que convicção, sabendo nós que essa não é a forma como o Partido Socialista aprecia governar.

Para o PSD, o balanço que consideramos oportuno fazer é sobre a atual Sessão Legislativa e sobre um Governo que dá sinais claros de intolerância democrática, abuso de poder e desrespeito pelos demais órgãos de soberania. Uma maioria que desconsidera o papel desta Assembleia, impedindo que exerça integralmente o seu papel de acompanhamento e fiscalização da atividade governativa; uma maioria que contribui para a desqualificação das instituições, para a perda de confiança dos cidadãos, em suma, para uma democracia mais frágil e de pior qualidade.

Esta é a marca do PS em seis meses de governação, o que faz temer o pior para os anos de Legislatura que nos restam.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Já só faltam três anos e meio!

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, em nome do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Frazão.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares: Este debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo deveria ser uma fiscalização da atividade do mesmo, devendo, assim, o Governo prestar contas.

Mas parece-nos evidente que uma democracia está automaticamente comprometida quando o Governo não aceita vir a debates quinzenais e, ao mesmo tempo, veta permanentemente a terceira maior bancada parlamentar, discriminando constantemente o voto livre e em eleições universais, o voto dos portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O atual Governo está a conviver muito mal com o escrutínio e com a independência dos órgãos de soberania, das entidades de fiscalização e das entidades reguladoras, mas convive bem com os privilégios que alimentam as famílias poderosas do PS.

O Chega assumiu um compromisso com os portugueses, principalmente na luta contra os vícios do sistema e pela defesa e melhoria do sistema democrático. As conclusões deste relatório e a atuação do Governo só podem merecer a nossa denegação, reprovação e mesmo contestação.

Não podemos deixar de observar a fraquíssima sequência política dada pelo Governo às resoluções da Assembleia da República.

Na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Sessões Legislativas vemos uma percentagem de 13% de perguntas ao Governo que não são respondidas e de requerimentos que se arrastam sem qualquer consequência.

Na 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa — pasme-se! — cerca de 40% dos requerimentos e perguntas ficaram por responder. Mais grave, não foram prestadas à Assembleia da República uma série de informações cruciais para a correta avaliação das políticas públicas e para o escrutínio do Governo.

Entre essas afirmações, enumeramos apenas as seguintes.

Primeiro: sobre os benefícios fiscais, não foi recebido o relatório relativo aos benefícios fiscais concedidos, incluindo a análise com a identificação e a avaliação dos custos e dos resultados efetivamente obtidos. Este relatório, Srs. Deputados, é crucial para escrutinar os desperdícios do erário público.

Segundo: quanto ao regime jurídico sobre sondagens, apesar de haver uma obrigação do envio de um relatório anual a esta Assembleia da República, nunca o mesmo foi remetido. Desta forma, não se sabe hoje, nesta Casa, que sondagens são realizadas por entidades credenciadas na Alta Autoridade para a Comunicação Social ou, sequer, se estas obedecem à idoneidade fixada na lei.

Terceiro: sobre o património cultural, com uma lei de 2001, até ao momento não foi recebido na Assembleia da República qualquer relatório sobre o estado do património cultural em Portugal.

Quarto: quanto à remoção de amianto de edifícios públicos, o Governo deveria dar conhecimento de uma listagem de edifícios públicos que contêm amianto e não o tem feito, pondo em risco a segurança dos funcionários públicos, dos alunos das escolas, dos professores, dos auxiliares, e sem os próprios, muitas vezes, suspeitarem do perigo existente.

Quinto: quanto ao ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional, também não temos relatório sobre o ambiente marítimo.

Sexto: para relatar a simplificação das obrigações fiscais das microempresas também nada foi produzido.

Sétimo: acerca das habitações dos portugueses ficou o Governo, através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, de remeter a esta Assembleia um relatório de execução sobre o Programa 1.º Direito, e tal nunca sucedeu.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra, são apenas sete de algumas das enormes lacunas existentes no parlamentarismo em 2022. Desta forma, a «maioria à bruta» segue em frente, aprova leis-fantasma desfasadas da realidade, que só servem para embrulhar cada vez mais o labirinto jurídico nacional.

Na verdade, não é o Chega que é populista; este Governo é que é populista!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, em nome do Bloco de Esquerda, tem agora a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estes relatórios que, hoje, aqui discutimos são importantes e úteis para aferirmos o que aconteceu na Legislatura. E, na XIV Legislatura, é importante percebermos que uma parte da fiscalização do Governo pelo Parlamento ficou por fazer, por ausência de resposta. Estão identificados os números: cerca de 39% de perguntas ficaram por responder, com particular incidência em alguns ministérios.

Dá para perceber, por estes relatórios, algo que também já tínhamos verificado: muitas das normas programáticas dos Orçamentos do Estado — nomeadamente na anterior Legislatura —, que o Partido Socialista se especializou em estudar, ponderar, densificar, cogitar, refletir, rever, densificar, ficaram por concretizar. São compromissos que foram feitos com o País, que foram anunciados e que, depois, nunca se concretizaram, em muitas áreas, e muitas delas estão aí identificadas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês estavam com eles! Estavam juntos!

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Sabemos também — não é um problema de agora — que, muitas vezes, o Parlamento aprova leis que o Governo tem de regulamentar e que, depois, não são regulamentadas, aliás, muitos dos aspetos de algumas delas não são regulamentados.

Assim, temos 86 leis por regulamentar, e algumas faltas de regulamentação são verdadeiros boicotes à lei. Por exemplo, fizemos o estatuto dos cuidadores neste Parlamento e havia 120 dias para regulamentar os direitos laborais e o direito ao descanso. Estamos a falar de uma lei que tem anos! O Governo tinha 120 dias, aliás, foi o Governo que propôs 120 dias para a regulamentação. Porém, passados anos, não há direitos laborais nem o direito ao descanso do cuidador, porque isso não foi regulamentado. E não regulamentar é uma forma de boicotar o que a lei prevê e de boicotar os direitos das pessoas.

Mas se isto era assim na anterior Legislatura, esta Legislatura mudou qualitativamente, porque nesta Legislatura estamos a ver o que é o exercício do poder absoluto por parte do Partido Socialista.

Já foi aqui dito: o Partido Socialista — e a Sr.<sup>a</sup> Ministra tem particular responsabilidade, pelas suas funções — tem procurado impedir o escrutínio do Parlamento sobre o Governo, impedir a vinda de governantes às comissões, num puro exercício de poder absoluto em que, muitas vezes, se chumba a vinda dos ministros, com argumentos, enfim, completamente injustificáveis.

A Ministra Marta Temido não podia vir, porque estava a sair; o Ministro Manuel Pizarro não pode vir, porque está a entrar; o Ministro da Cultura, Pedro Adão e Silva, não pode vir prestar esclarecimentos ao Parlamento sobre o que vai fazer com o Coliseu do Porto, porque não tem nada que prestar esclarecimentos ao Parlamento; a Ministra do Ensino Superior não pode vir ao Parlamento explicar o que é que se está a passar com as residências estudantis, e, por isso, é chumbada a audição da Ministra, tal como a do Ministro das Infraestruturas, enfim...

São oito ministros! São oito os ministros que já foram impedidos de vir ao Parlamento e que os Deputados queriam ouvir, e isto é uma forma de impedir o escrutínio e é uma forma de exercício de poder absoluto. Aliás, Sr.<sup>a</sup> Ministra, isto obriga, muitas vezes, os Deputados do Partido Socialista a desempenharem tristes papéis nas comissões, porque também é confrangedor o que dizem, muitas vezes, sem argumentos, só porque a Sr.<sup>a</sup> Ministra lhes diz que esse ministro não pode vir à comissão.

Isso é confrangedor e impede o Parlamento de desempenhar uma das suas funções democráticas fundamentais, que é a de escrutinar a ação do Executivo.

Teremos oportunidade de discutir aqui um relatório sobre esta Legislatura, mas já percebemos como é que o poder — e a relação entre o Governo e o Parlamento — tem vindo a ser exercido nestes primeiros seis meses.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos aqui, hoje, para mais uma prova do algodão relativamente à gestão dos Governos de António Costa.

Hoje, os resultados dos relatórios de fiscalização da atividade do Governo são aqueles que se esperavam destes Governos socialistas, nomeadamente a comprovação de que gostam muito de «empurrar com a barriga» ou de quase nada esclarecerem e de fugirem às respostas.

Vejamos como «empurram com a barriga». A falta de rigor com que o Governo regulamenta as leis: das 122 leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas, 93 estão fora do prazo, isto é, cerca de 76%.

O desleixo dos Governos PS é tal que, neste momento, só na Comissão de Orçamento e Finanças, estão duas propostas do Governo em discussão para transposição de cinco diretivas europeias, e somos — lá está — um dos últimos países europeus a fazer essas transposições.

E, confirmando o perfil de um Governo que não responde — curiosamente, o título de um artigo que escrevi em 2020, exatamente sobre este tema, o que demonstra que o PS não aprende e que a história se repete —, vamos olhar agora apenas para a última Sessão Legislativa. Das 488 perguntas enviadas pelos Deputados — excluindo 6 que foram retiradas ou devolvidas — 63 estão com o prazo a decorrer. Das restantes, o Governo não respondeu a 193. Conclusão óbvia: não respondeu a 40% das perguntas que lhe foram feitas. Mas todas as outras foram respondidas a tempo e horas? Claro que não, longe disso. Das 226 perguntas que restam, o Governo não respondeu dentro do prazo a 118. Conclusão: mais de metade tiveram resposta já fora do prazo.

E, nos requerimentos ao Governo — só olhando a estes relatórios —, dos 25 feitos, 11 ficaram por responder; no total, apenas 7 tiveram resposta e só 3 destes tiveram resposta dentro do prazo.

Tudo isto é mau. No entanto, há ainda pior: grande parte daquilo a que o Governo se digna responder obedece àquela lógica infantil do «passe ao outro e não ao mesmo». Foi o que aconteceu, por exemplo, com o Ministro das Finanças, em 2020, com várias perguntas sobre taxas, a que respondeu, várias vezes, dizendo «isso é com aquele Ministro; isso é com aquele Ministro; isso é com aquele Ministro». Portanto, o Ministro das Finanças nada sabe sobre taxas. Ou quando se tentou fazer perguntas sobre Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, e até foram enviadas às Ministras, de então, da Justiça, da Presidência e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A primeira, mesmo havendo tribunais envolvidos neste assunto, disse, e passo a citar, «a matéria subjacente é estranha às atribuições e competências do Ministério da Justiça»; a segunda remeteu para a terceira; e a terceira não respondeu.

Tudo isto na anterior Legislatura, ainda antes da maioria absoluta. Mas este Governo não trata só assim os Deputados — permitam-me que alargue o âmbito de análise —, faz o mesmo com a imprensa. Basta ver uma notícia desta semana: o Ministério da Administração Interna, questionado sobre quantos refugiados de incêndios no campo da ilha grega de Lesbos ainda vivem em Portugal, «passa a bola» à Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares. E o que faz a Ministra dos Assuntos Parlamentares? Devolve ao Ministério da Administração Interna. Neste pingue-pongue governativo, ninguém respondeu.

O Governo não distingue entre escrutínio parlamentar e jornalístico. Ambos são tratados com desprezo e arrogância. Mas há outras fugas ao escrutínio no Parlamento e até já hoje referidas.

Nos últimos meses, o PS impediu a audição de oito ministros na Assembleia da República, como a do Ministro das Infraestruturas, sobre a polémica do aeroporto e, ainda hoje, a do Ministro da Saúde, sobre o relatório do encerramento de maternidades, ou — recordemos — o caso do financiamento público a um centro de investigação do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), quando chumbaram a vinda do ex-Ministro Manuel Heitor, que era o único que podia fazer o contraditório ao ex-Ministro João Leão.

É por isso que há um bloqueio...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Há muito para dizer sobre isto, sobre esta duvidosa arte de fugir às perguntas do Governo, e termino, Sr. Presidente, dizendo que, de cada vez que juram transparência, faltam à verdade, de cada vez que anunciam diálogo, reforçam o monólogo, de cada vez que garantem não transformar a maioria absoluta em poder absoluto, lá vem o rolo compressor. É preciso escrutínio, porque aquilo que é hoje uma tentação danosa torna-se, amanhã, numa ameaça ainda maior.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra: A maioria absoluta não pode nem deve ser um sinónimo de poder absoluto ou de um Governo de costas voltadas para a Assembleia da República.

Como aqui, hoje, já foi dito, de facto, são inúmeros os requerimentos e perguntas que ficam sem respostas. Nas nossas contas, eram 4 em cada 10, a Sr.<sup>a</sup> Ministra mencionou 3 em cada 10, mas a verdade é que, mesmo para o cabal esclarecimento de matérias fundamentais — e ainda hoje acabámos de ver rejeitado mais um pedido de audição da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, a propósito da transferência de competências e da criação da entidade única das matérias da Polícia Judiciária e da Interpol —, independentemente do que estiver em questão e do escrutínio que é necessário, o Governo também teria a ganhar em ser um Governo aberto para esta Assembleia da República e para quem lá fora acompanha os nossos trabalhos.

É, por isso, incompreensível, por um lado, que o Governo continue de costas voltadas de cada vez que pedimos que alguém venha ser ouvido na Assembleia da República e, por outro, que, para além de já ser um mau aluno em termos de execução dos fundos europeus, agora também o seja em termos de cumprimento das próprias iniciativas que viabiliza na Assembleia da República. Senão, vejamos: no Orçamento do Estado para 2020, 2021 e, agora, 2022, onde é que estão, por exemplo, os despachos relativos à proteção animal? É que nem resposta se dignam a dar-nos, quando questionamos relativamente à sua execução.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem merece! Isso também não é pergunta!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — No que se refere a matérias tão relevantes como a da avaliação ambiental estratégica do aeroporto, aprovada por esta Assembleia, também continuamos à espera.

No Orçamento do Estado para 2020, foi proposta a isenção do IVA para as atividades levadas a cabo pelos psicólogos. A AT (Autoridade Tributária) já veio colocar na gaveta esta medida e o Governo, de quem se esperava uma pronúncia, nada disse até hoje.

Mais: existe a lei do direito ao esquecimento, uma matéria fundamental para a dignidade das pessoas com doença oncológica. O que fez o Governo? Também não regulamentou.

Os exemplos poderiam continuar a ser dados por aqui em diante, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

O Sr. **Presidente**: — Mas tem de terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Estou mesmo a concluir, Sr. Presidente.

Portanto, para quando um Governo não de costas viradas para a Assembleia da República, mas comprometido, efetivamente, com o seu dever de estar participativo e aberto, com a nossa colaboração e cooperação, aqui, na Assembleia da República?

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, em nome do partido Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Estes relatórios correspondem, na sua maioria, a um período no qual o Livre não tinha representação parlamentar, mas não nos deixam descansados, de todo, num período em que o Livre recuperou a representação parlamentar. Para mais, estes relatórios correspondem a um período no qual o Governo dependia do Parlamento de uma maneira que não depende agora, porque precisava de outros grupos parlamentares para formar a sua maioria e agora tem uma maioria absoluta.

Portanto, se estes números e relatórios são exemplo de alguma coisa é de que devemos estar muito preocupados com o que aí vem. A Sr.<sup>a</sup> Ministra disse que não nos queria massacrar aqui com números, mas o meu apelo é: massacre à vontade, com números, com implementação, com regulamentação, com respostas às perguntas que o Parlamento faz... Nós aguentamos! A questão é mais ao contrário: nós pedimos e não chega. De Orçamento para Orçamento, há medidas essenciais e problemas que se acumulam e agravam e que não tiveram resposta.

Já foram dados muitos exemplos e junto mais um à lista: a substituição da subcontratação de empresas, na área da saúde, por profissionais de saúde é recorrente em todos os Orçamentos do Estado e caduca sempre, mas, se se tivesse resolvido, não teríamos tido os problemas que tivemos.

Portanto, há uma pergunta de base para tudo isto: o que é que pode ser mudado, de estrutural, que precise, inclusive, da colaboração deste Parlamento, para que as coisas deixem de se passar assim? Mas um primeiro passo tem de ser dado pelo Governo, porque, se não, andamos todos a trabalhar para aquecer e a enganar as pessoas que nos andam a ver a trabalhar para aquecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Há uma observação prévia que creio que é justo fazer nesta fase, que tem a ver com a boa decisão que a Assembleia da República tomou ao iniciar este trabalho de elaboração e análise dos relatórios de progresso sobre o escrutínio da atividade do Governo. Foi uma boa decisão e é um bom trabalho que devemos valorizar e saudar, até os serviços da Assembleia da República e dos funcionários parlamentares. Dou aqui um exemplo, que é o do caso concreto do «Relatório de informações a prestar à Assembleia da República, no âmbito da aprovação das Leis da AR e dos Decretos-Leis do Governo». Há um trabalho importante, esclarecedor e útil para a cidadania, desde logo na sistematização e disponibilização dos elementos concretos no acesso à informação e aos próprios relatórios. Isto, claro está, quando os relatórios existem, e é aqui que está o problema, porque, na maior parte dos casos, o dever de informação não foi e não é cumprido pelo Governo.



Relativamente a mais de dois terços das informações devidas, previstas nas leis — os próprios decretos-leis que o Governo aprova apontam para informação que tem de ser fornecida à Assembleia —, vai-se a ver e não são fornecidas.

Por outro lado, também no que diz respeito à regulamentação das leis, como já foi aqui dito, ao longo do período em apreço, há um número inaceitável de leis que não são regulamentadas. E isto traduz-se em duas situações: por um lado, num autêntico veto de gaveta, por parte do Governo, a leis que foram aprovadas, e já foram dados aqui exemplos; por outro lado, diria, numa prática de publicidade enganosa, às vezes resultante de propostas de lei do próprio Governo, que o mesmo, depois, não regula, ficando o dito por não dito ou, melhor dizendo, ficando o dito por não feito. Portanto, também aqui há uma marca de preocupação que não podemos deixar de suscitar.

Quanto às perguntas e requerimentos, a resposta não é uma faculdade do Governo, é um dever constitucional e regimental, como o próprio nome do relatório indica. Mas há um número inaceitavelmente elevado de falta de respostas do Governo, ao longo da Legislatura. Aliás, sublinhamos aqui o aspeto de que os dados constantes dos relatórios de progresso em apreciação são dados referentes à fase final da anterior Legislatura. Ao longo daquele momento, há um número inaceitável de perguntas e de informações solicitadas pela Assembleia ao Governo que não obteve resposta.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, convenhamos que não foi a pandemia que deu início a este problema. Infelizmente, não foi nessa altura dos momentos atípicos e das fases complicadas que o problema começou, ele já vem de trás. E note-se que mesmo os números podem não refletir com rigor a verdadeira situação de desrespeito do Governo por este órgão de soberania, que é a Assembleia da República, nomeadamente quando na esmagadora maioria das respostas enviadas, por exemplo, pela Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, continua a prática de dizer à Assembleia da República que, sobre o que se passa na empresa tal ou tal, onde os direitos dos trabalhadores são atacados, foi dado conhecimento à ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho). Obrigadinho! Então, a resposta do Governo é a de que deu conhecimento à ACT sobre o problema do ataque aos direitos naquela empresa, que os Deputados do PCP colocam?! E, depois, nada mais se diz à Assembleia da República?! A pergunta, formalmente, foi respondida, mas é um desrespeito autêntico que está em causa.

A situação, nesta Legislatura, com a maioria absoluta, vai certamente traduzir-se num retrato mais preocupante e indigno relativamente ao que agora acontece. Iremos, seguramente, discutir isto nos relatórios que, daqui por um ano, serão apreciados na Assembleia da República.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra: Começava por procurar centrar o debate naquilo que é, efetivamente, a discussão sobre o relatório da atividade e do escrutínio da XIV Legislatura. E, paralelamente, embora não pense que seja indispensável, falaria também um bocadinho de calendários. O calendário que temos, o calendário gregoriano, começa no ano 1 e traz-nos a 2022; o calendário islâmico começa com uma data há 1444 anos; e o calendário judaico, este mês, celebra o ano de 5783 — *Shana tová*, a quem o está a celebrar! Mas este relatório não começa a relatar o mundo como se ele tivesse começado há dois anos. Há que ter em conta que temos hoje, felizmente, um debate parlamentar sobre o relatório, mas havia relatórios antes de haver debate parlamentar. E era interessante, mais do que apenas olhar para estes números como se fossem estáticos e como se revelassem uma realidade que não muda e que não melhora, que tivéssemos em conta, por exemplo, quais eram os dados antes de haver debate parlamentar, e era apenas a segunda vez que o fazíamos.

Mas, se recuarmos à XII Legislatura, e olhava, agora, para a bancada do PSD, que, de forma tão altiva, acusava e apontava o dedo a quem não respondia a perguntas e requerimentos e a quem não regulamentava as leis atempadamente, na XII Legislatura...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Não estamos a ver quem é o pior, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não é para ver quem é o pior, Sr. Deputado, é para ver se há ou não evolução. É para ver se, em relação aos números da XII Legislatura, quando estamos a olhar para os da XIV Legislatura, se verificou ou não uma melhoria. E, em 3039 perguntas, relativas à XII Legislatura, o número de respostas dadas foi de 48%. Ora, estamos a olhar para um relatório que traz um número na casa dos 91%, naquelas que estão respondidas agora, e se baixarmos para o final da Legislatura anda na casa dos 80%. É o dobro, Srs. Deputados!

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Se olharmos para as leis por regulamentar, na XII Legislatura, faltava regulamentar 45, em 243, ou seja, cerca de 19%. Atualmente, o dado que temos é de metade, isto é, faltam regulamentar apenas 10%.

Portanto, vejamos a evolução, vejamos se, nestes anos, medidas adotadas em vários programas governamentais, e até na Assembleia, para fazer esta monitorização, surtiram ou não efeito. E a medida que existe — e constava do programa Legislar Melhor, constou do Simplegis, constou das medidas de simplificação e consta do Regimento do Conselho de Ministros —, que determina que, regra geral, quando uma proposta de lei ou um decreto-lei são aprovados, a respetiva regulamentação, tanto quanto possível, é imediatamente aprovada, produz resultados. Efetivamente, temos hoje mais regulamentação aprovada atempadamente e também, por vezes — e a fineza desses números é que podia ser escarpelizada neste debate, mais do que aproveitarmos para proclamações —, é enganadora a ideia de que falta regulamentação. Muitas vezes, a lei prevê, por segurança, que há um prazo de 60 dias para a regulamentar, mas, verdadeiramente, em muitos casos, a regulamentação que está em vigor continua a servir, porque do que se trata, muitas vezes, é de aprovar um formulário, e o formulário antigo continua a ser suficiente, é de definir qual é a entidade responsável, e isto não carece da atualização de uma determinada portaria.

*Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.*

Portanto, mesmo o apuramento destes números — é um trabalho vultuoso e que não é fascinante, digamos, porque é estar a mergulhar na burocracia do Estado, e a Iniciativa Liberal, seguramente, aplaudirá esta parcela do que estou a dizer, porque não galvaniza ter de fazer esta finura de verificar se a regulamentação em falta é esta ou aquela — é mais complexo do que aparenta.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — De facto, é mais complexo, mas podia haver um bocadinho mais de ambição!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — E se somarmos a isto, por exemplo, as resoluções com recomendações ao Governo temos um tema pouco útil para misturar neste debate. E é pouco útil no seguinte sentido: nos outros casos, estamos a falar de obrigações legais, de responder a perguntas e requerimentos. E não tenho problema nenhum em dizer, e em nome do Partido Socialista, que um número como aquele que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tinha, de 91% de respostas em falta, é escandaloso. Assumamo-lo! Falhou o Governo do Partido Socialista, e aquela tutela, porque não respondeu nessa escala. Não há dificuldade em dizer isto! Mas isto não significa que se «deite fora o bebé com a água do banho» e que não se reconheça quando há uma evolução, onde ela deve ser assinalada.

*Protestos do PCP.*

Mas o que eu dizia, e peço desculpa, porque estava a desviar-me, tinha a ver com as resoluções políticas, e estas são recomendações, têm um cariz eminentemente político. Neste caso, não se trata do dever de responder a uma pergunta do Parlamento nem sequer do dever de regulamentar uma lei. Misturá-las neste debate é confundir um pouco os números.

O mesmo se diga em relação às próprias autorizações legislativas, porque é uma faculdade que se dá ao Governo de as utilizar e não é uma obrigação do Governo ter de legislar nessas matérias.

Apesar de tudo, são matérias que devem ser tratadas com outro rigor e com diferença.

Já agora, há pouco ouvia a intervenção do Sr. Deputado Pedro Frazão, do Chega, que dava nota do relatório em falta da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Essa entidade foi extinta em 2006 e, em qualquer caso, a sua sucessora, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, é que tem de entregar o relatório na Assembleia da República, não é o Governo. Portanto, mais uma vez, não somemos casinhos que, de facto, não têm a ver com o teor deste relatório.

Há matérias em que o Governo pode ser criticado: faltam 10% aqui, faltam 16% ali, mas não faltam 80% e não faltam 90%. Esse, talvez, devesse ser o enfoque do debate.

Finalmente, uma última nota sobre algo que não faz parte deste debate, mas que veio à colação, que é a presença de membros do Governo no Parlamento.

Podemos olhar apenas para os membros do Governo que não vieram e dizer «não vieram sete, não vieram oito», mas, se tivermos em conta que, dos requerimentos apresentados, isto representa 15% do que, nesta Legislatura — que não é o objeto do debate —, foi apresentado, se calhar, ficamos com uma ideia mais clara de que, obviamente, há uma presença assídua dos membros do Governo na Assembleia, como, aliás, ontem, se pôde ver, com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna para quatro audições na 1.ª Comissão, a que se seguiu, hoje de manhã, mais uma audição do Ministro da Administração Interna sobre uma outra temática.

Não concordaremos sempre em ter de ter presentes, com a mesma urgência, os membros do Governo neste Parlamento, mas tentar passar a ideia de que os oito que não vieram são apenas os oito que foram pedidos é enganador. E, verdadeiramente, temos uma Legislatura pela frente, durante a qual — e, com isto, termino — existem ainda faculdades para os grupos parlamentares poderem garantir o escrutínio parlamentar, que são os direitos potestativos. Quantos direitos potestativos é que os Srs. Deputados já utilizaram, nesta Sessão Legislativa desta Legislatura, para o assegurar? Foram cortados os vossos direitos regimentais? Não foram!

Termino, dando nota de algo que já referi em matéria de revisão do Regimento: há abertura do Partido Socialista para aumentar, até, o número de direitos potestativos para a vinda de membros do Governo a este Parlamento, mas, manifestamente, não têm sido sequer utilizados aqueles de que já dispõem.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do PSD.*

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Edite Estrela.*

A Sr.ª **Presidente**: — Para proceder ao encerramento deste debate, tem a palavra a Sr.ª Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes.

A Sr. **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.ª Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O primeiro ponto que devemos sublinhar, e que quero voltar a sublinhar, é o da importância de termos um relatório desta natureza, que permite aos Srs. Deputados, e ao País, perceberem como se faz o escrutínio e a fiscalização que os Srs. Deputados devem fazer do Governo e que o Governo deve, a partir deste relatório, e não só, prestar contas ao Parlamento sobre a sua atividade e a sua relação com o Parlamento.

Sr.ªs e Srs. Deputados, não vale a pena agarrarmos apenas nos números que nos interessam, porque eu também os posso usar. Posso, aliás, dizer que...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Não vai repisar os números da atual Legislatura?!

A Sr. **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — Não, não, mas posso usá-los, Sr. Deputado José Soeiro. E sabe porquê? Porque acho inacreditável que, primeiro, a Assembleia tenha aprovado, em boa hora, a necessidade de produzir estes relatórios e, depois, os Srs. Deputados, todos, da esquerda à direita, com exceção do PCP, tenham conseguido ignorar que o que estamos a discutir é o relatório das duas últimas sessões legislativas da anterior Legislatura.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Referi-me a ele!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — Se os Srs. Deputados quiserem ser rigorosos, pois, então, sejamos rigorosos sobre os números que vou repisar, sim, porque, em seis meses, foram 270 as vezes em que foram ouvidos membros do Governo, em comissão. Os Srs. Deputados preferem falar das últimas oito em que os membros do Governo não vieram ou cujas audições foram chumbadas,...

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — Mesmo!

A Sr. **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — ... mas vêm os membros do Governo, vêm os Srs. Ministros, quer às audições regimentais, quer em resultado dos requerimentos que os Srs. Deputados apresentam.

No que diz respeito aos requerimentos, foram apresentados 263 e 220 obtiveram resposta, estando por responder 40. Ainda faltam 40, é verdade, mas os outros foram respondidos.

Quanto à regulamentação das leis, Srs. Deputados, podem fazer a análise que quiserem, até à exaustão, mas aconselho-os também a dizerem que, das 194 leis aprovadas para serem regulamentadas, 175 estão regulamentadas, ou seja, 91% estão regulamentadas, estando 19 por regulamentar.

Srs. Deputados, quanto a esta evidência, o que dizem? Dizem que vem aí o rolo compressor da maioria absoluta e que a maioria do PS não respeita o Parlamento.

O Sr. **José Moura Soeiro** (BE): — E o estatuto dos cuidadores?!

A Sr. **Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares**: — O PS respeita, respeitará e dialogará sempre com os Srs. Deputados. Devo, aliás, lembrar que o Governo, em todos os momentos dos Plenários, tem estado sempre representado para dar as respostas que são necessárias.

Melhoraremos aquilo que tiver de ser melhorado, como a celeridade das respostas às perguntas dos Srs. Deputados ou a celeridade das respostas aos requerimentos, sem dúvida, mas não confundamos e, sobretudo, não aproveitemos o instrumento de aprofundamento da fiscalização do Parlamento à atividade do Governo, de aprofundamento da relação do Parlamento com o Governo, do prestar de contas do Governo — mais uma vez — e do aprofundamento da nossa democracia para atirmos pedras à democracia, quando o que estamos a fazer é, precisamente, respeitar as instituições democráticas e responder, sistemática e atempadamente, aos Srs. Deputados.

Espero que daqui a um ano se possa dizer que não há 9% de leis para regulamentar, há menos, e que há mais perguntas respondidas, mas não façamos uma avaliação tão negativa quanto a que foi feita, porque ela não é justa para o escrutínio e para a transparência da vida democrática, e os portugueses também merecem saber.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Concluído o terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, passamos ao quarto ponto, que é o da apreciação conjunta da Petição n.º 622/XIII/4.<sup>a</sup> (Plataforma Alentejo) — Apresentação de um conjunto de prioridades para o desenvolvimento sustentável da região do Alentejo e dos Projetos de Resolução n.ºs 108/XV/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo português a avaliação ambiental estratégica do novo aeroporto de Lisboa e afira diversas hipóteses de localização de respostas aeroportuárias, 118/XV/1.<sup>a</sup> (PCP) — Por uma estratégia integrada de acessibilidades do Alentejo enquanto instrumento de promoção da coesão e desenvolvimento territorial e 150/XV/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo o investimento na Linha do Leste.

Para apresentar o projeto de resolução do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de saudar os peticionários e promotores desta iniciativa, a Plataforma Alentejo, e agradecer, também, os contributos enviados à Assembleia da República para um desenvolvimento mais sustentável, numa região do País que se

encontra seriamente ameaçada pelos efeitos da crise climática que vivemos, mas também pelas políticas que têm deixado o interior do País sujeito à desertificação e ao isolamento.

O PAN tem alertado para os graves problemas que afetam a região do Alentejo e para a necessidade urgente de o Governo ouvir os alertas e as preocupações da comunidade científica em relação aos efeitos catastróficos do investimento numa agricultura intensiva e superintensiva, numa região seriamente ameaçada pela seca e pela desertificação.

Além disso, e no âmbito da polémica relacionada com o novo aeroporto de Lisboa, sempre defendemos a opção por Beja, priorizando, assim, a coesão territorial, o desenvolvimento da região e o fomento da empregabilidade.

O PAN defende que o Governo deve cumprir aquilo que foi aprovado na Lei do Orçamento do Estado para 2021, ou seja, uma avaliação ambiental estratégica que afira as diversas hipóteses de localização de respostas aeroportuárias, incluindo, necessariamente, a opção por Beja, com a devida ligação ferroviária, o que permitiria um maior desenvolvimento da região e a coesão territorial e social.

Insistimos que sejam abandonadas opções que deixam o interior esquecido, passam por cima de indeferimentos liminares ou até mesmo de apreciações prévias de viabilidade da referida construção.

Mas, mais, face aos recentes desenvolvimentos, o PAN entende que é fundamental pensarmos no País como um todo e naquela que tem de ser a dispersão regional, porque, independentemente dos interesses que possam estar em jogo na localização do novo aeroporto, o Orçamento do Estado não pode servir outros interesses que não sejam o interesse público e a concretização de soluções que conciliem a mobilidade, a preservação do património natural e a adaptação às alterações climáticas, com todos os desafios que isso implica nas nossas vidas e das futuras gerações, e que não esqueçam, também, as gerações do interior do País.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Aproveito para saudar os peticionários que se encontram nas galerias, designadamente a Plataforma Alentejo.

Para apresentar o projeto de resolução do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias, do PCP.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, permita-me que saúde os peticionários, os promotores e subscritores da petição apresentada pela Plataforma Alentejo, uma petição que é bem justa naquilo que traz a esta Casa, e que, por isso mesmo, saudamos e agradecemos, por visar, acima de tudo, defender uma estratégia integrada de acessibilidade sustentável do Alentejo nas ligações nacional e internacional.

O tema que esta petição traz a esta Casa não é novidade. Muitas resoluções têm sido aprovadas, mas, na verdade, não assistimos a nenhum investimento na vida daquele território e daquela gente.

Por isso, Srs. Deputados, permitam-me que vos coloque uma questão. Os Srs. Deputados têm consciência, têm noção do que é viver num território praticamente sem acessibilidades, num território em que o IP8, sendo um dos traçados rodoviários mais emblemáticos, é praticamente uma estrada de cabras, em que os itinerários complementares praticamente não existem, em que as estradas de interligação entre os concelhos estão carenciadas de intervenções, em que a ferrovia é absolutamente esquecida e encerrada, em que o aeroporto é também esquecido e abandonado?!

Srs. Deputados, pergunto-vos ainda mais uma coisa: sabem porque é que estes investimentos não foram feitos? Porque é que não têm sido concretizados? Estou em crer que a resposta é uma: porque é em Beja; se fosse noutro território, provavelmente esses investimentos já teriam sido feitos.

Aquilo a que assistimos é que Beja e o Alentejo são esquecidos e, por isso, confrontam-se com dificuldades em termos de fixação de população e com o despovoamento. De facto, as condições de mobilidade são decisivas para o desenvolvimento, não que merecemos, mas, sim, a que temos direito! É isto que está em causa.

Por isso, o PCP acompanha esta petição com um projeto de resolução que visa dar prioridade à concretização de uma estratégia integrada das acessibilidades no Alentejo, com base nos transportes ferroviário, rodoviário e aéreo, enquanto instrumentos de promoção da coesão territorial.

Na ferrovia, defendemos a eletrificação e modernização de toda a Linha do Alentejo, na ligação entre Casa Branca-Beja e Beja-Ourique, à Funcheira, criando uma outra alternativa e outra capacidade de resposta naquela região.

Aquilo que também defendemos é uma rodovia, com a conclusão do IP8, com uma malha que permita a ligação ao Aeroporto Internacional de Beja; com a ligação da A6 à A23, entre Estremoz e Portalegre; com a conclusão das obras do IP2, em Évora; com a concretização da variante ponte do IP2, em Beja; com a construção das circulares rodoviárias de Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz e Vendas Novas; com a construção do IC33, entre Santiago do Cacém, Viana e Évora; com a construção dos troços do IC27, na ligação entre Alcoutim, Mértola e Albernoa; com a construção do IC4, entre Odemira e Lagos; enfim, muitas mais ligações haveria para referir.

Também na vertente aeroportuária, Srs. Deputados, é preciso aproveitar aquele aeroporto, que tem capacidade de expansão, de aproveitamento, seja na vertente industrial, seja na vertente de manutenção, seja na vertente de estacionamento, seja na vertente de passageiros. Não se admite que aquele aeroporto, que é um valor para aquele território, para aquela gente, mas também para o todo nacional, esteja abandonado, esquecido e deixado nas mãos da Vinci, que, antes de defender o interesse da população, defende os seus interesses, os interesses lucrativos da empresa que representa a multinacional francesa Vinci. É aqui que se encontra um dos obstáculos ao desenvolvimento daquele aeroporto. Diria que também se encontra na falta de vontade política, mas não se trata de falta de vontade política, é precisamente vontade política de não apostar naquele aeroporto nem naquele território. E a culpa é dos sucessivos Governos PS, PSD e CDS, que nos têm virado as costas.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o projeto de resolução do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Alves.

O Sr. **Eduardo Alves** (PS) — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas: Como escreveu Miguel Torga, o Alentejo é a terra com a cor dos olhos de quem olha.

À nossa direita, tem-se encarado o Alto Alentejo com uma folha de *Exce!* nas mãos e através de uma regra de três simples, em que se tem olhado para a ferrovia, para os nossos tribunais, para os nossos serviços públicos e para as nossas freguesias como sendo direitos a mais.

À nossa esquerda, olha-se, mas ignora-se. Ignoram-se importantes conquistas como a da barragem do Pisão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH) — Qual?! Onde é que está a barragem do Pisão?!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Onde é que está?!

O Sr. **Eduardo Alves** (PS) — ... como a da nova escola da GNR, que vai ser construída no concelho de Portalegre e cujo concurso público já decorre.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Vai ser, vai ser, vai ser!...

O Sr. **Eduardo Alves** (PS) — Ignoram-se as novas oportunidades que, finalmente, estamos a ver do outro lado da fronteira, em Espanha, com a ponte internacional sobre o rio Sever, entre Nisa e a Estremadura espanhola, ou com o maior investimento ferroviário dos últimos 100 anos, que liga Sines à fronteira do Caia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Liga?!

O Sr. **Eduardo Alves** (PS) — Ignora-se o Alto Alentejo que hoje resiste, que se reinventa e que inova...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é em que parte do Alentejo?! Em Badajoz?!...

O Sr. **Eduardo Alves** (PS) — ... e que, por isso, já consegue exportar drones de Ponte de Sor para o mundo e vai conseguir construir a primeira aeronave ligeira portuguesa.

*Aplausos do PS.*

É por isso, é por olharmos com a cor dos olhos de quem sente, de quem vive e de quem acredita no Alto Alentejo que hoje apresentamos esta iniciativa para investir na Linha do Leste, para aumentar o número de horários — e o Governo já assumiu o compromisso político de que, a partir de 1 de outubro, haverá mais um horário na Linha do Leste —, para aumentar a frequência e ajustá-la às necessidades das populações, para eletrificar a linha e para aproximar a capital de distrito, a cidade de Portalegre, da ferrovia, porque o Alto Alentejo não pode perder o comboio da mobilidade sustentável.

Neste debate, se há sítio em que o Alentejo de ontem, o Alentejo que fomos, se pode encontrar com o Alentejo de hoje, com o Alentejo que somos, esse sítio é, sobretudo, o Alentejo de amanhã, o Alentejo que queremos ser, o Alentejo onde o PS está a levar a cabo um ciclo importante de investimentos para construir.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Há quantos anos?!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria de começar por agradecer aos petionários por terem trazido aqui este assunto que, quanto a mim, é extraordinariamente importante, é um dos principais assuntos da atualidade e vai muito além dos problemas da região do Alentejo.

Falamos muitas vezes sobre variáveis macro, sobre o atraso do País como um todo, esquecendo que este País vive a várias velocidades.

Para percebermos a dimensão da desigualdade regional neste País, podemos olhar para os dados de 2019, antes da pandemia, quando a Área Metropolitana de Lisboa tinha um PIB *per capita* algures entre o nível de Itália e da Finlândia — portanto, ao nível de alguns dos países mais ricos da União Europeia —, enquanto o Alentejo estava ao nível da Hungria e o norte do País estava ao nível da Roménia. Se excluíssemos as faixas litorais destas duas regiões, as comparações seriam ainda piores. Se calhar, não encontraríamos países na União Europeia que tivessem um PIB *per capita* ao nível do interior destas regiões.

Chegamos do centro de Lisboa ao Alentejo em menos de 1 hora, chegamos do centro de Lisboa ao norte do País em menos de 2 horas, mas, economicamente, é como se atravessássemos a Europa toda, da Finlândia à Roménia. É esse o caminho económico que fazemos quando atravessamos o País de Lisboa até ao Alentejo ou de Lisboa até ao norte do País.

Ainda há semanas se ridicularizou aqui a ideia de que uma das formas para combatemos os problemas habitacionais em Lisboa seria promovendo o interior, garantindo que mais pessoas tivessem oportunidades fora da capital.

O modo como estas propostas são tratadas, depois, tem efeitos na forma como o Estado, enquanto um todo, toma as suas decisões.

Recentemente, a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) anunciou um programa de estágios com cerca de 1600 vagas. Mais de metade dessas vagas foram para o distrito de Lisboa. Os distritos de Portalegre, Évora e Beja, juntos, têm menos de um décimo dos estágios alocados apenas ao distrito de Lisboa. Ora, estas opções têm consequências e uma delas é a de um País dual, sobrelotado em Lisboa e desertificado no resto, com tudo o que de mau as duas coisas trazem para ambas as regiões.

O Sr. **João Cotrim Figueiredo** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Gostaria de, mais uma vez, agradecer aos petionários por terem trazido este assunto, que é extraordinariamente importante. Não terei tempo de avaliar todas as propostas apresentadas, mas agradeço muito, porque este é um dos assuntos mais importantes da nossa realidade atual. Que mais petições destas floresçam, vindas de mais regiões do País!

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Carmo, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Saudamos a Plataforma Alentejo, promotora cívica desta petição em defesa do desenvolvimento sustentável da região, pela iniciativa de trazer o Alentejo a debate na Assembleia da República.

A mobilização cívica, a participação e o interesse sobre os temas das vivências individuais e comunitárias são sempre importantes e devem ser valorizados.

É bom ter vozes do território que se somam a outras vozes, junto do poder central, com sentido afirmativo, na construção de caminhos para responder aos passivos acumulados,...

*Protestos do Deputado do PCP João Dias.*

... às realidades do presente e aos desafios do futuro, da sustentabilidade às alterações climáticas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os desafios são enormes, no interior, no mundo rural e com baixa densidade, mas há caminhos que já foram percorridos, havendo ainda muito a fazer.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Está tudo por fazer!

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Dou como exemplo o contínuo aumento do regadio de Alqueva, que já vai em 130 000 ha.

*Aplausos do PS.*

Desde 2019 até agora, contou com mais de 50 milhões de investimento, e continua o investimento.

Além da agricultura, posso também referir a aprovação das candidaturas para a construção de novas residências estudantis nos três distritos do Alentejo. Só em Beja, o investimento é de 15 milhões de euros.

Na ferrovia e rodovia já tivemos avanços, com o início dos procedimentos para a eletrificação da linha Beja-Casa Branca e o estudo para a criação do ramal de ligação ao aeroporto, aeroporto, este, que foi um bom investimento público — vendido por VV. Ex.<sup>as</sup> aos privados — e que pode e deve ser mais bem aproveitado. Sim, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é um imperativo aproveitar melhor o aeroporto de Beja!

Não podemos reescrever o passado, mas podemos continuar a construir novos futuros. O Alentejo merece mais e melhor!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ah, merece, merece!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Vocês é que não querem dar!

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — O Alentejo pode ser ainda mais e melhor. Com o contributo de todos os que se colocam do lado da construção das soluções, em vez da escolha inconsequente de sublinhar os problemas.

Posicionar o território, as pessoas e as nossas terras no radar dos decisores e dos *media* é um desafio que temos assumido, como voz do Baixo Alentejo, e que temos de prosseguir em conjunto, sem cair no descrédito de dizer que nada foi feito ou que está tudo por fazer; sem prometer este mundo e o outro, que não existem; sem prescindir da construção de soluções e respostas para as pessoas e para o Alentejo, como parte dos caminhos de futuro que queremos para Portugal.

Se cada um de nós, onde estiver, der mais voz firme, sensata e consequente a essa ambição, todos ajudam, embora os recursos sejam limitados.

Termino, Sr.<sup>a</sup> Presidente, dizendo que, no Alentejo, vai-se fazendo, queremos é que se faça!

*Aplausos do PS.*



A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Ramos, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Espero que, no Alentejo, se faça! No gerúndio, não, Sr. Deputado, com toda a consideração que me merece!

Quero agradecer, antes de mais, aos petiçãoários, a oportunidade de trazer à colação a defesa do Alentejo, não só como eleita pelo distrito de Évora, mas como cidadã, preocupada com um território cheio de potencialidades, que não tem merecido a devida atenção por parte do Governo, sobretudo no que diz respeito ao investimento público.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — Os Governos socialistas, presididos por António Costa, prometeram aumentar significativamente o investimento público, inscrevendo no Orçamento do Estado alguns projetos para, depois, através das cativações, impedirem a realização desses investimentos, deixando depauperar, no caso, em concreto, o transporte público, apesar dos anúncios.

Prometeram, mas nada fizeram!

Recordamos bem os atrasos e as supressões dos comboios, o comboio da CP – Comboios de Portugal, que deixa cair um motor em andamento — todos nos lembramos disso —, as sistemáticas avarias na climatização em pleno verão, as falhas constantes na manutenção dos comboios, causando o caos no quotidiano dos portugueses, dos alentejanos, não, porque lá não existe.

O programa Ferrovia 2020 é paradigmático do divórcio entre as promessas e a concretização do Governo socialista, em matéria de investimento nos transportes públicos, onde o adiamento dos projetos conta já vários anos. Prometeram um plano ferroviário, mas nada fizeram!

O Alentejo é uma vítima desta política de verdadeiro desinvestimento não assumido, mas evidenciado pelos factos, Srs. Deputados.

Anúncios, há muitos!

Em junho de 2021, a entidade gestora da rede ferroviária nacional veio ao Parlamento explicar os planos para modernizar o troço Casa Branca-Beja, com eventual reabertura até Funcheira. Calculem!...

Em 2 de setembro deste ano, o Presidente da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) do Alentejo, Ceia da Silva, em Beja, anunciava a eletrificação da linha Casa Branca-Beja, com um financiamento assegurado de 100 milhões de euros. E acrescentava, ainda, quanto à ferrovia, e cito: «Como Presidente da Comissão de Coordenação eu exijo...» — e aqui faço um parêntesis para dizer que ainda bem que um PS exige — «... que o Governo construa aquilo que falta da autoestrada, pelo menos até ao aeroporto de Beja». Isto era o que dizia o Presidente da CCDR do Alentejo, como sabemos, um destacado militante do Partido Socialista na região. Ainda bem que há socialistas que exigem o cumprimento das promessas do Governo nos seus territórios.

Já a IP (Infraestruturas de Portugal), em 28 de dezembro de 2020, também afirmava que ia estudar a ligação do aeroporto de Beja à ferrovia.

Prometeram, mas nada fizeram!

De estudo em estudo, nada acontece, no Alentejo.

Volvidos 11 anos sobre a inauguração do primeiro voo do aeroporto de Beja, apenas a manutenção das aeronaves conheceu algum desenvolvimento. As expectativas eram grandes, mas nada se concretizou, apesar da pressão, que saudamos, de alguns socialistas alentejanos, que não têm logrado convencer o seu próprio Governo da bondade das soluções para o Alentejo.

É um imperativo nacional apostar na região Alentejo como o melhor destino para viver, trabalhar e visitar. É um imperativo nacional apostar também no teletrabalho, que veio provar — infelizmente, por uma má razão, pela pandemia que conhecemos — que existe uma oportunidade para fixar pessoas no território, mão-de-obra qualificada, com recurso às novas tecnologias, e muitos regressaram à terra.

Esta deveria ser uma oportunidade e um sinal para o Governo socialista fazer alguma coisa, nomeadamente, também, e já agora, lembro a frase que diz: «Em Évora, onde é que dormimos?», uma *t-shirt* muito interessante dos jovens universitários, para quem não sabe.

Agradecendo, mais uma vez, esta oportuna ideia de desenvolvimento — já que o Governo socialista não a tem para o Alentejo —, quero ainda referir que a melhoria das acessibilidades é fundamental para debelar o inverno demográfico nestes territórios.

Portanto, bem hajam por lembrarem ao País e ao Governo que o Alentejo também existe.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, queria cumprimentar os peticionários. Há nesta lista de alentejanas e alentejanos muitas pessoas que eu conheço, algumas desde que nasci e com quem cresci, e, portanto, queria cumprimentá-los.

São muitos os desafios de desenvolvimento que o Alentejo tem enfrentado.

O Sr. Deputado Eduardo Alves trouxe aqui uma música sobre a beleza que todos reconhecemos à região. Eu trago outra, que diz: tem sido sempre esquecida a margem ao sul do Tejo; há tanta gente desempregada, tanta terra abandonada; é tão grande o Alentejo.

Cada uma destas linhas, a primeira das quais, logo, a de que «é tão grande o Alentejo», dava para fazer várias considerações. É que uma das primeiras dificuldades de desenvolvimento e de coesão territorial no Alentejo — e é isso que os peticionários identificam — é a questão das acessibilidades, sempre foram as acessibilidades, não há aqui nenhuma novidade.

Por isso, quando olhamos para esta petição e encontramos coisas como uma ligação ferroviária Sines-Caia — e, por conseguinte, uma ligação ferroviária que nos permita ligar o maior porto de Portugal à Estremadura e a uma plataforma logística na Estremadura espanhola —, faz sentido que essa ligação possa passar, pelo menos, pelas capitais de distrito e que, portanto, possa passar por Beja. Faz sentido que o Aeroporto Internacional de Beja, que foi construído com o investimento de todos, possa fazer parte da estratégia aeroportuária nacional. Faz sentido que haja, veja-se, uma linha eletrificada e modernizada para ligar capitais de distrito a Lisboa e ao Algarve, para ligar o Alentejo à Área Metropolitana de Lisboa e ao Algarve. Faz sentido que exista uma autoestrada para chegar à capital de distrito, Beja, que é o distrito maior do País. Faz sentido que exista uma autoestrada, não para andar à velocidade a que o Sr. Deputado André Ventura ou o seu motorista fazem de Lisboa ao Porto,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Cabrita! O Cabrita! Do seu Governo!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... não é para isso, mas que permita, pelo menos, chegar até Beja, com uma autoestrada completa.

Faz sentido uma ligação que possa permitir que as três capitais da maior região do País comuniquem entre si, que os concelhos comuniquem entre si.

Quando olhamos para estas propostas, vemos nelas a imagem não de um país a duas velocidades, mas de um país subdesenvolvido, de um país que não tem ligações, de um país que se sente esquecido, de um país que se sente abandonado. É isso que o Alentejo sente! Por isso, também, terá outras consequências.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Votam no Chega! É por isso que votam no Chega!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Mas queria alertar, porque ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Pedro do Carmo, que os problemas do Alentejo não se resumem às questões das acessibilidades.

O Sr. Deputado Pedro do Carmo falou aqui do regadio. Sei bem o que é que pensam os alentejanos da agricultura intensiva que este Governo tem promovido no Alentejo. Sei bem que gerações é que vão ter de lidar

com os terrenos contaminados e esgotados que os senhores estão a promover. Sei bem que tipo de mão de obra é que o Governo tem conseguido trazer para essa exploração intensiva.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Há problemas de sustentabilidade ecológica, há problemas de sustentabilidade económica, é verdade. O Alentejo é grande, já não há tantas terras abandonadas, mas há muitas terras a ser esgotadas.

O risco que corre o Alentejo é substituir-se o abandono pela destruição da sua coesão social, pela destruição do seu território, da sua diversidade, da proteção ambiental por via da agricultura intensiva.

Enfrentamos, também, um inverno demográfico e digo, claramente: não há futuro para o Alentejo sem conseguirmos atrair imigração para a região.

*Protestos de Deputados do CH.*

Nunca pensei que uma intervenção sobre o Alentejo causasse tanta polémica, sinceramente.

Por muitas medidas de atração de população que se façam, também não é como disse o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa, mas tem mesmo de terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Não é a versão que o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto trouxe aqui, de promoção do interior — e aquilo que propôs foi deslocar para Beja, de forma forçada, quem não tem lugar em Lisboa! —, que dará essa resposta. Não é bem a mesma situação.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, muito obrigada, tem de terminar.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — O que nós precisamos é de dar condições aos imigrantes de que o Alentejo precisa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria cumprimentar os peticionários da Plataforma Alentejo por trazerem aqui este debate.

A pergunta que se faz é a seguinte: onde vai parar o Alentejo? O desprezo que o Governo dá ao Alentejo está aqui visto, uma vez que não aparece, fugiu, foi-se embora.

Já sabíamos isto: a maior região do País está abandonada pelos sucessivos Governos do PS e do PSD. Esta é a grande verdade.

Vou contar-vos a minha história, alguns conhecem-na, outros não. Nasci em Lisboa, cresci em Vila Franca de Xira e, hoje, vivo no Alentejo. Fiz o contrário da grande maioria dos portugueses: saí da metrópole, de Lisboa, para ir para o Alentejo. Sabem qual é a grande diferença? É que antes o meu voto valia 49 Deputados e agora vale 2.

*Aplausos do CH.*

Essa é a primeira grande desigualdade entre os alentejanos e o resto do País.

Podemos dizer que Portalegre elege dois Deputados, Beja três e Évora três — ao todo são oito. A maior região do País elege oito Deputados. Enquanto o PS e o PSD não se entenderem e reformarem a Lei Eleitoral, o Alentejo não vai mudar. Podemos vir, aqui, com teorias, com tudo, mas o Alentejo não mudará.

Visão de futuro é ligar o aeroporto de Beja ao aeroporto de Faro. Esse, sim, tem de ser o princípio fundamental, porque no aeroporto de Faro, mais dia menos dia, irá acontecer o que está a acontecer na Portela.

Quanto a ligações às autoestradas, Beja e Portalegre são as únicas capitais de distrito do País que não têm uma autoestrada. Estamos no século XXI e Beja e Portalegre não têm uma autoestrada! Como é que é possível?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ouçam, ouçam bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sim, queremos uma ligação à A2 Beja/Castro Verde, para o Algarve, queremos uma ligação à A6 Beja/Évora/Espanha, queremos uma ligação à A23, de Estremoz ao nó de Nisa. Isto, sim, é defender o Alentejo.

A ferrovia que existe envergonha qualquer um nesta Casa. Mas qual comboio?! Temos locomotivas sem condições. Convido qualquer um dos Srs. Deputados a ir, um dia, do Entroncamento para Badajoz. Em Badajoz, riem-se com a automotora que leva as pessoas. Riem-se e perguntam: «Aquilo é o quê?!» Aquilo é o que nós temos no Alentejo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É o socialismo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em Beja, os comboios chegam com um cheiro a gasóleo horrível, com pessoas a sentirem-se mal. Onde é que está o projeto da Ferrovia 2020-2030 deste Governo? Não está, não existe, só tem um troço que passa no Alentejo, o tal de que já falaram aqui, entre Sines e a fronteira do Caia.

Falo ainda no Portalegre esquecido: há gente que ali está, portugueses como todos nós, mas com escolas sem condições, com falta de universidades e empresas, com falta de futuro.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Eduardo Alves** (PS): — Podia-se ter candidatado por lá!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Os senhores falam muito!

O Sr. Deputado Eduardo Alves encheu a boca, todo contente, com a Barragem do Pisão. Mas onde é que está a Barragem do Pisão? Já começou a obra? Onde é que está?

*Risos do Deputado do PS Pedro do Carmo.*

Até agora, a única coisa que sabemos é que é uma barragem fantasma. Já é a terceira pedra que lançam os Governos socialistas, vamos ver se é desta — esperemos que seja.

Aquele Alentejo que pintou aqui, Sr. Deputado Eduardo Alves, não é o Alto Alentejo onde vivo e que conheço perfeitamente. Não sei se o Sr. Deputado lá vai muitas vezes, mas, se for, certamente saberá que aquilo que disse não é verdade.

*Protestos de Deputados do PS.*

Já que o Sr. Deputado é jovem, o que é que diz a um jovem portalegrense para que se mantenha no distrito de Portalegre? Diga-me o que é que lhe diz? Não lhe diz nada porque não lhe consegue dar nada, porque o Governo do Partido Socialista não dá condições aos jovens para ficarem em Portalegre.

*Aplausos do CH.*

Relativamente à insegurança, temos dois polícias para 100 km<sup>2</sup>. É isto que acontece no Alentejo: dois polícias para 100 km<sup>2</sup>.

Sabemos de problemas com etnias em Avis, em Reguengos de Monsaraz, em Beja. Foi isto que o comunismo e o socialismo trouxeram ao Alentejo.

*Aplausos do CH.*

Em Monforte, há cafés a fecharem às 15 horas da tarde, porque a etnia cigana entra nos cafés e não deixa mais ninguém lá ir. É isto que tem de ser denunciado, mas os senhores calam-se e ficam em silêncio.

*Aplausos do CH.*

Quanto aos imigrantes, que vergonha de imagens! Se eu fosse Deputado do Partido Socialista, envergonhava-me, ao ver os imigrantes em Serpa a serem recebidos daquela maneira.

*Protestos de Deputados do PS.*

Os senhores dizem: «Venham, venham todos, não interessa se há condições, interessa é que venham para o Alentejo repovoar esta região». Não é assim que se faz política, não é assim que se repovoa o Alentejo.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vou terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço-lhe só a condescendência que deu a outras Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

O que era o Alentejo? Era o celeiro de Portugal, lembram-se?

O Sr. **Eduardo Alves** (PS): — Era a miséria, era a fome!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chegou a reforma agrária e, agora, a guerra e «tocaram os sinos a rebate». O trigo, o centeio, onde é que estão? Não há nada, importamos tudo, porque os comunistas e os socialistas destruíram tudo aquilo que havia no Alentejo.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, peço que conclua. Usando a mesma condescendência que usei com os outros oradores, faça favor de terminar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Termino, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Esta é a história do Alentejo profundo, que não aparece nas televisões, que tem problemas que têm de ser resolvidos e que tem de ser desenvolvido. Esta é a história real. Podia ser ficção,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... mas é a realidade de uma região à qual os Governos há muito fecharam a porta. Nós não!

Muito obrigado pela condescendência, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

*Aplausos do CH, de pé.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A coragem do Sr. Deputado Pedro Pinto já é conhecida, pelo menos por gostar de touros. Aquilo que aconselho é que, daqui por 4 anos, tenha a coragem de ser candidato pelo distrito de Portalegre e de pôr toda a sua vontade e o risco de ser eleito por esse distrito.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de facto, o interior do País e o Alentejo carecem de investimentos, mas a lição de interioridade que, hoje, todos, da esquerda à direita, estamos a dar é absolutamente brilhante. Na verdade, quando houve investimentos, desde o hospital de Évora à Barragem do Pisão,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que está onde?!

O Sr. **Ricardo Pinheiro** (PS): — ... quando se teve a coragem de chegar à Europa e defender um projeto que grande parte dos comissários não defendia, foi um exercício de coragem, de valentia, do Governo do Partido Socialista.

*Aplausos do PS.*

Defender o interior é saber que, a cada momento, necessitamos de trazer os sentimentos, a vivência. É pensar e ter a coragem de olhar para a possibilidade de ter uma dessanilizadora para o nosso Alentejo. Fico feliz que, da esquerda à direita, se ponha o debate da coesão e do interior de Portugal nesta Casa.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de começar por saudar os peticionários, porque a petição que estamos aqui a discutir e que apresenta, no fundo, uma estratégia para o Alentejo, feita pelos nossos concidadãos alentejanos, é absolutamente exemplar, na sua visão integrada, na maneira como, de uma forma não populista, apresenta soluções e na forma como é realista em relação a elas.

Por exemplo, em relação ao aeroporto de Beja, apresenta, de facto, como ele pode servir o Sul do País, como pode servir a Andaluzia, como pode ter interligações transfronteiriças, e não tenta, como alguns fazem, apresentar uma espécie de tapa-buracos para uma decisão mirífica sobre o aeroporto de Lisboa.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Esta petição merecia, talvez, um debate à altura do conteúdo que traz. Não é vir aqui dizer, como veio o nosso colega Carlos Guimarães Pinto, que é preciso que o Estado, no interior do País, faça aquilo que, pelos vistos, o mercado não regulou, e depois ir embora. Ou então apresentar uma visão absolutamente difícil de qualificar, em que o problema do Alentejo é que certas etnias entram dentro dos cafés. Ouvimos dizer isso aqui, embora pareça incrível, como se quisessem voltar a um passado de certos países, em que havia tabuletas à porta dos cafés, onde certas etnias não podiam entrar.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha! Vai lá ver o que é que se passa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ó Sr. Deputado, respeite, também, quem elegeu os outros Deputados nesta Casa, como o que pede pelos votos que o elegeram e que sempre usa para mandar calar...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr. Deputado do Chega, «não me calarão», como dizia o vosso cartaz.

*Aplausos de Deputados do PS.*

A Sr.ª **Presidente** (Edite Estrela): — Srs. Deputados, agradeço que criem condições para que o orador possa fazer a sua intervenção.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

Tenho, aliás, dificuldade em compreender porque é que o Chega reage assim, simplesmente por termos lembrado o que acabaram de dizer naquela bancada, mas enfim.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ainda tens mais 5 minutos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Esta petição merecia e merece, e da parte do Livre terá isso, um encaminhar dentro das comissões da Assembleia da República e o questionar o Governo sobre esta estratégia para a acompanhar e para a implementar.

Se tivéssemos, e deveríamos ter, regionalização no nosso País, seria este tipo de estratégias que poderíamos estar a discutir nas assembleias regionais e que poderíamos estar a implementar, dando voz aos cidadãos.

A Sr.ª **Presidente** (Edite Estrela): — Peço que conclua, Sr. Deputado, já teve a tolerância da interrupção.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Como ribatejano, agradeço aquilo que fizeram os nossos concidadãos alentejanos nesta petição.

A Sr.ª **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Esta discussão está muito interessante, mas alguém, bem ou mal, juntou a esta discussão um projeto de resolução do PAN, que tem a ver com um pedido de avaliação ambiental estratégica e, portanto, com o devido respeito, gostava de me pronunciar sobre isso rapidamente — sem interromper muito a vossa discussão, que é interessante.

Dirigindo-me à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, que é a autora do projeto, gostaria de dizer que, embora seja um pouco datado, o projeto não deixa de ser interessante e nós revemo-nos nele, porquanto deve existir, já há pouco o referi, uma avaliação ambiental estratégica, desde logo, para que as decisões políticas sejam precedidas de avaliações técnicas.

Agora, com a vossa licença, continua o debate sobre o Alentejo.

*Risos e aplausos do PSD.*

A Sr.ª **Presidente** (Edite Estrela): — Passamos, agora, ao ponto 5 da nossa ordem de trabalhos, que é o da apreciação e debate da Petição n.º 9/XIV/1.ª (José Batista Mestre Soeiro e outros) — Pela eletrificação e modernização da Linha do Alentejo, como uma prioridade de interesse nacional, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 88/XV/1.ª (BE) — Pela eletrificação e modernização de toda a Linha do Alentejo, 107/XV/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo português que requalifique a linha ferroviária do Alentejo, 117/XV/1.ª (PCP) — Pela modernização e eletrificação de toda a Linha do Alentejo e reativação do ramal ferroviário de Aljustrel e

119/XV/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela criação de uma estratégia integrada de acessibilidade e mobilidade do Alentejo nas ligações nacionais e internacionais.

Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 88/XV/1.<sup>a</sup> (BE), tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Saúdo, igualmente, os subscritores destas duas petições.

Continuamos o debate anterior sobre o Alentejo.

Sabemos que, sem ferrovia, não há coesão territorial, sem ferrovia, não se fixa população, sem ferrovia, não há combate às alterações climáticas, sem ferrovia, o Estado não tem instrumentos para mitigar o aumento do preço dos combustíveis.

Ainda assim, quando se esperaria que a ferrovia fosse o progresso e o futuro, ela foi perdendo investimento, foi encolhendo, foi desaparecendo até representar só 5% de toda a mobilidade nacional.

Em vez de transportes públicos, o grande projeto de futuro de sucessivos Governos do PSD e do PS foi o alcatrão e o transporte individual. Mas quando falo em alcatrão não falo em Beja, porque Beja nem teve o privilégio de ser beneficiária dos excessos do alcatrão.

Se andarmos por esse País fora vamos encontrar exemplos deste abandono, um abandono que não é resolvido empurrando as pessoas para fora de Lisboa e que não é resolvido só com benefícios fiscais.

O Alentejo é um exemplo deste abandono: são povoações com enormes distâncias entre elas, em que as deslocações são essenciais. Para um estudante ir de sua casa à escola pode ter de percorrer 40 km ou mais, para uma pessoa se deslocar todos os dias para o trabalho pode ter de fazer 40 km ou mais.

Quando eu estava na escola havia dois *Intercidades* por dia — dois *Intercidades* por dia! — entre a minha vila e Beja. O resto eram automotoras sem aquecimento ou ar condicionado. Hoje continua a haver muito poucos comboios, mas não há *Intercidades*.

A situação hoje é pior do que aquela que estudantes e habitantes do Alentejo, do Baixo Alentejo, que frequentam a Linha de Beja, enfrentavam há 10, 15 ou 20 anos. É verdade que há um *Intercidades* que faz o trajeto Lisboa-Casa Branca, mas a partir daí só há a automotora que tem aquecimento, mas avaria no inverno, tem ar condicionado, mas avaria no verão, porque não aguenta o calor.

Há, sim, um meio de transporte alternativo, muito conhecido e usado entre os alentejanos, chama-se boleia! Eu diria que, enfim, é um método para desenrascar algumas situações, passo a expressão, mas não é a solução que os alentejanos merecem e de que precisam.

O Governo é, neste momento, tributário desta enorme dívida que o País tem para com o Alentejo: garantir acessibilidades aos maiores distritos do interior do País, onde elas não existem. É por isso que o projeto de resolução que o Bloco de Esquerda apresenta tem algumas condições básicas, que são o mínimo do que deveríamos estar a falar num país desenvolvido.

É o mínimo ter uma linha eletrificada entre Casa Branca e Beja e também no troço Beja-Funcheira. Não se pede muito, Srs. Deputados, só uma linha eletrificada que ligue Lisboa à capital de distrito e a capital de distrito a outros municípios importantes. E, já agora, é preciso garantir também uma linha entre o aeroporto de Beja e Beja e outras acessibilidades.

Gastaram-se milhões de euros a construir o aeroporto de Beja, abandonou-se o projeto e nunca mais se olhou para aquele território!

Portanto, Srs. Deputados, não se pede aqui uma grande revolução, pedem-se os investimentos mínimos para que o Alentejo tenha também condições mínimas para começar a encarar o futuro com outras condições e com outra esperança, que bem merece.

*Aplausos do BE.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o projeto de resolução do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar também os peticionários e saudá-los pela iniciativa que traz um apelo à eletrificação e modernização da Linha do Alentejo, como sendo uma prioridade de interesse nacional.



Hoje já falámos aqui da coesão social e territorial, sendo que o PAN considera a mobilidade, nomeadamente a ferroviária, absolutamente fundamental para cumprir esse desiderato, para mais numa região que tem sido deixada ao abandono no que respeita às infraestruturas de desenvolvimento nacionais.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua falou ainda agora das condições das carruagens, mas as próprias estações acabam por também estar completamente ao abandono, assim como estão completamente esquecidas as populações nos seus arredores. Portanto, basta-nos circular na linha ferroviária para percebermos as discrepâncias que existem das áreas metropolitanas para o interior do País.

O investimento no transporte ferroviário é fundamental para a coesão social e territorial, mas também para o combate às alterações climáticas. Não nos podemos esquecer de que o facto de circularmos de automóvel representa atualmente cerca de 25% do total de emissões de CO<sub>2</sub> no nosso País e que as metas para a redução de gases com efeito de estufa no setor dos transportes é fundamental.

Também não nos podemos esquecer de que, em Portugal, a avaliação da qualidade do ar diz que a poluição atmosférica é responsável por mais de 7000 mortes prematuras todos os anos e acarreta um custo anual para a sociedade de cerca de 1000 milhões de euros. Por todas as razões, torna-se fundamental dar cumprimento ao que é aqui peticionado.

Não posso deixar de recordar que a Resolução da Assembleia da República n.º 133/2019, de 5 de junho, já recomendava ao Governo a eletrificação e requalificação do troço ferroviário Casa Branca-Beja-Funcheira e, em concreto, Casa Branca-Beja, previsto no Programa Nacional de Investimentos 2030 — e já não falta assim tanto tempo.

É necessário também garantir a oferta de comboios, como estava previsto, e horários mais atrativos e adequados, bem como a ligação do Porto de Sines à vizinha Espanha, com a urgente eletrificação da ligação de Ermidas do Sado à Funcheira, de forma a garantir o escoamento de mercadorias, sem ocupar as vias afetas ao transporte de passageiros, contribuindo ainda para a redução da pegada carbónica e para o desenvolvimento do País.

O PAN saúda, mais uma vez, os peticionários e garante que estará ao lado destas medidas, fundamentais, evidentemente, para a coesão social.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o projeto de resolução do PCP, tem a palavra o Sr. Deputado João Dias.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero cumprimentar, saudar e agradecer aos peticionários, nas pessoas dos aqui presentes nas galerias, que dinamizaram esta petição da Plataforma Alentejo para solicitar a esta Casa que defina como prioridade de interesse nacional a eletrificação e modernização da Linha do Alentejo.

Os Srs. Deputados, provavelmente, não conhecerão completamente a realidade da Linha do Alentejo. É uma das linhas nacionais mais antigas, mas, neste momento, está completamente abandonada e esquecida.

Imaginemos dois distritos vizinhos, como o são Beja e Faro, que não têm ligação ferroviária, ligação ferroviária essa que ligaria as duas cidades, acredito, em 45 minutos. Hoje, para ir de comboio de Beja a Faro são precisas mais de cinco horas, sendo preciso ter de vir praticamente a Lisboa.

O que está a ser feito é inacreditável, e o pior é que o que está projetado por este Governo de maioria absoluta, do PS, é continuar a fazer da Linha do Alentejo um ramal de Beja!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Com isso o PCP não concorda e lutará com todas as suas forças para que a Linha do Alentejo seja eletrificada e aproveitada como um todo. Só assim pode ser potenciada, para bem daquele território e do todo nacional, desde logo, porque é uma alternativa e redundância de itinerário para mercadorias do Porto de Sines à fronteira, fazendo a ligação ao *hinterland* europeu.

O PS não precisa de vir aqui pintar o quadro de que já fez muito. A medalha do encerramento desta linha está ao peito do PS que, em 2010, a encerrou, justificando-se com a requalificação, mas nunca mais abriu este troço na ligação entre Beja e Ourique.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É verdade!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Também foi o PS que acabou com a ligação direta entre Beja e Lisboa. Tem sido o PS — com a cumplicidade do PSD, que também vira as costas a esta importante ligação ferroviária! — que a tem esquecido e abandonado.

A questão que se levanta, Srs. Deputados, é esta: o que é que o PS, que tem a maioria absoluta — e, de resto, também a teve no Alentejo! —, vai fazer relativamente a estes projetos estruturantes, como a eletrificação e a modernização da Linha do Alentejo? Vai continuar a fazer apenas o mínimo, só para dizer que faz, ou vai fazer o que é necessário?

Não chega sequer fazer os anúncios, como o que foi feito, há bem pouco tempo, pelo Sr. Presidente da CCDR, que deu a entender que as obras iriam começar já amanhã. Na melhor das hipóteses, o que a Infraestruturas de Portugal diz é que só lá para 2030 poderemos equacionar o primeiro comboio em linha eletrificada a chegar a Beja.

Parece que já está ali tudo, mas a preocupação ainda é maior, quando são anunciados 100 milhões de euros e o que está inscrito no plano de investimentos, no Plano de Desenvolvimento Regional do Alentejo, são 80,6 milhões de euros. Ou seja, o que está inscrito nesse plano, já contando com o ramal de ligação ao aeroporto, é menos 25% do que o que foi anunciado pelo Sr. Presidente da CCDR.

A pergunta que devemos fazer é se a eletrificação está em risco, se há, ou não, dinheiro suficiente para, pelo menos, eletrificar a linha até Beja.

Srs. Deputados, podem dizer o que quiserem, mas não conseguem arranjar justificação para o que é injustificável. Não aproveitar para fazer a ligação entre Beja e Évora e a concordância antes de Casa Branca, permitindo a ligação até à fronteira, é abdicar do Alentejo, é abdicar de um desenvolvimento a que temos direito e a que o PS vira as costas.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o projeto de resolução do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente em exercício, na sua pessoa cumprimento todo o Plenário, cumprimentando e saudando os petionários.

Rasgam as vestes, gritam que se fartam,...

*Risos do PSD e do BE.*

... mas a realidade é que o Bloco de Esquerda esteve na geringonça e o que é que fez pelo Alentejo? Bola! O Partido Comunista é o maior traidor do Alentejo dos últimos 50 anos,...

*Aplausos do CH.*

... com a história da reforma agrária e do terreno é de quem trabalha! Dizem tudo e mais alguma coisa!

Estiveram à frente das câmaras municipais, não fizeram nada! Querem transformar o Alentejo numa grande Cuba, mas não é a Cuba do Alentejo, é onde há desgraça, onde há miséria!

*Aplausos do CH.*

Hoje vimos, inclusive, o PAN a defender o Alentejo! Sr.<sup>a</sup> Deputada, diga aos Srs. Alentejanos, diga ao povo alentejano o que vocês defendem para os animais, para os animais que andam a trabalhar no campo.

O que vocês fazem é vir para aqui rasgar as vestes e dizer tudo e mais alguma coisa! Mas acho que isto hoje fica resolvido, de uma forma simples: o PS tem, alternado com o PSD, 40 e muitos anos de governação, e esquece-se por completo do Alentejo. Abandonaram por completo o Alentejo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O senhor não era Deputado municipal pelo PSD?!...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Foi a maior mentira do 25 de Abril. E no dia 25 de Abril metem o cravo ao peito e cantam: *Grândola, vila morena!* Lá andam todos a cantar o *Grândola, vila morena*. Alguns partidos têm de passar uns *post it* porque nem sabem como se canta, como é o caso do Bloco de Esquerda, mas o importante é iludir o povo alentejano com todas essas histórias.

O nosso projeto de resolução resolve o problema todo e quero ver a vossa coragem de, perante o povo alentejano, dizerem que o vão recusar por cegueira ideológica. Está no projeto de resolução: criar uma estratégia integrada de acessibilidade e mobilidade do Alentejo às ligações nacionais e internacionais. Citando o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, que hoje não veio: «Se isto não é uma proposta, o que seria?»

Está no projeto: procede à concretização da modernização da eletrificação de todo o troço Casa Branca-Beja-Funcheira. Se isto não é uma proposta, o que será?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Somos nós! Vocês chumbaram!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Está no projeto que se construa a ligação do troço Casa Branca-Beja, aquele aeroporto que alguns de vós à boca pequena dizem que serve para transportar bolota e palha. Essa é a forma vergonhosa como tratam o povo alentejano!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Chumbaram!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Portanto, acredito que vão aprovar este projeto de resolução, que fala também na concretização da A26, do IP8 — que é uma das grandes mentiras que vocês têm dito ao povo alentejano —, da ligação à A6, à A23.

Hoje ouvimos o Sr. Deputado Ricardo Pinheiro a desafiar o nosso líder de bancada a ser candidato por Portalegre. Vou explicar-lhe o que se passa na realidade: quando quiserem fazer uma alteração à lei eleitoral, o PS perceberá que vai perder essa bancada. Até lá, a grande diferença é que Pedro Pinto tem dias brilhantes, vocês têm Brilhante Dias.

*Aplausos do CH.*

Hoje ele não está cá. Sabe o que isso significa, a nível de obras? É simples, nós temos a obra-prima do mestre e vocês a prima do mestre-de-obras!

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Ramos, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Agradeço, mais uma vez, a iniciativa de um conjunto de cidadãos que hoje apresenta nesta Casa uma ideia de desenvolvimento para um território que representa um terço do País.

O Alentejo é um território preservado e seguro, com uma história marcada pela riqueza do seu património edificado e cultural que lhe confere identidade e autenticidade próprias, com potencial de afirmação competitiva, diferenciadora e sustentável, com base em atividades consolidadas e na emergência de novos nichos de especialização produtiva.

O Alentejo tem produtos de reconhecida excelência mundial como a cortiça, as rochas ornamentais, o artesanato, a gastronomia, os vinhos e o azeite.

O desenvolvimento das infraestruturas de acessibilidade e de conectividade reforça a importância do posicionamento geoeconómico do Alentejo no contexto das relações económicas nacionais e internacionais e constitui um fator importante para a atração de investimento e acolhimento empresarial.

Mas é fundamental que o Governo dê um sinal político claro de aposta na região, que até agora não existiu. O Alentejo tem recursos naturais e endógenos, tem um tecido empresarial que começa a ser pujante e que em alguns setores é destacado pelo recurso à tecnologia de ponta, tem academia e tem, sobretudo, um povo que cultiva uma relação umbilical com o seu território e que não desiste do direito de ser feliz aí, «onde a planície é um brasido», como escreveu a poetisa alentejana calipolense.

Mas o Alentejo não tem um Governo preocupado com a coesão territorial nem com a desigualdade de oportunidades a que o abandono do interior do País votou essas populações, porque desinvestiu, em prol das metrópoles, sucessivamente, apenas por uma contabilidade eleitoralista. Só essa razão justifica o atraso da ferrovia no Alentejo — o que, aliás, o Governo já reconheceu — e o desinvestimento em matéria de segurança ou de colocação de efetivos na educação, na saúde, na cultura e em tantas outras áreas.

O elevador social do Alentejo, Srs. Deputados, tem sido uma miragem. Ainda hoje assistimos ao lançamento de mais uma nova linha de alta-velocidade: Lisboa-Porto. Bem entendido, nada contra o investimento público nas grandes cidades, pelo contrário, mas veementemente contra a total ausência de investimento no interior do País — isso sim!

Um exemplo: o investimento em desporto no Alentejo é zero. Existem no País 14 centros de alto rendimento e apenas um se situa a sul do Tejo, no Algarve. Até o Hospital Central do Alentejo, usado com tanto gáudio pelos socialistas alentejanos, viu a verba afetada, a nível do quadro de investimentos plurianuais, ser reduzida de 54 milhões para 2 milhões de euros, o que não admira, face à incompetência na execução da obra. Quanto ao financiamento do PO (programa operacional) regional para este mesmo equipamento, por exemplo, foram executados apenas 3% dos 40 milhões afetados.

É escandaloso. O Governo nem consegue executar o financiamento europeu e fazer as obras estruturantes de que o País precisa, e a pandemia não pode desculpar tudo.

A acessibilidade é fundamental para a atração e localização de novas atividades e empresas e só assim fixaremos pessoas no território, porque sem pessoas nada faz sentido.

O desenvolvimento da plataforma portuária de Sines permitirá ao Alentejo Litoral uma plataforma logística internacional, mas precisamos que o investimento na ferrovia do Alentejo seja uma realidade e não se limite ao subterfúgio de estudo em estudo, como pretexto para enganar os portugueses. A linha de mercadorias Sines-Caia-Madrid deve servir o Alentejo, o distrito de Évora e os interesses económicos e sociais da região. É imperiosa a construção de um terminal de mercadorias que sirva a indústria aeronáutica e a extração de pedra da zona dos mármore. Os alentejanos recusam-se a ficar «a ver passar o comboio».

Portugal é o quinto maior país exportador de rochas ornamentais. Ainda assim, o Governo resiste em fazer um terminal de mercadorias na zona dos mármore orçamentado em — espantem-se! — apenas 11 milhões de euros. Acha muito para o Alentejo e, ao invés de fazer esta aposta na região e na economia nacional, pede mais um aditamento ou um estudo de viabilidade económico-financeira — que está feito — promovido pela IP e pelas autarquias envolvidas, mas o que é certo é que, até hoje, em nenhum documento oficial o Governo socialista se comprometeu com o desenvolvimento do Alentejo.

O Primeiro-Ministro afirma que o País tem condições financeiras para avançar, sem sobressaltos, para um projeto de alta-velocidade, mas não tem 11 milhões de euros para construir um cais de mercadorias para favorecer um terço do território.

Em 5 de julho de 2019, esta Assembleia aprovou uma resolução que recomenda ao Governo a eletrificação e a modernização, não só, do troço Casa Branca-Beja, mas também do troço Beja-Funcheira, fundamentais para a Estratégia Integrada de Acessibilidade Sustentável do Alentejo, que, reivindicada na petição que hoje discutimos, garante uma ligação ao sul do País para responder aos verdadeiros desafios do Alentejo, mas para servir, sobretudo, os alentejanos.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nelson Brito, do Grupo Parlamentar do PS.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A todos os peticionários, nomeadamente aos que representam instituições e também, individualmente representados, da Plataforma Alentejo, é uma honra e um gosto tratá-los por conterrâneos.

Obviamente, enquanto baixo-alentejano, gostaria de estar aqui a anunciar que a ferrovia na minha região está a funcionar em pleno. No Baixo Alentejo, como em todo o lado, há um tempo de expectativas legítimas para os baixo-alentejanos, que urge e não pode ser ultrapassado.

Adoraria estar a congratular-me, perante os meus conterrâneos, pelo facto de o Baixo Alentejo, finalmente, ter acessibilidades rodoviárias ao nível das de outras regiões do País, mais bem dotadas. Tal não me é possível, mas nós sabemos as razões dessa impossibilidade.

Sabemos essas razões porque temos memória. Temos memória de quem, sob pretexto da troica, rasgou contratos de concessão às cegas.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — Às cegas?! Foi ao contrário!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Lembramo-nos bem de quem, a pretexto da austeridade, parou, definitivamente, empreitadas em curso que iriam beneficiar um dos territórios mais extensos e, ao mesmo tempo, mais isolados do País. São disso exemplo o IP2, entre Évora, Beja e Castro Verde, entretanto realizado, ou a A26, no traçado de Sines-Beja. Esses, que estão aqui sentados hoje, chamam-se PSD, pela mão do então Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações Sérgio Silva Monteiro.

*Aplausos do PS.*

*Protestos da Deputada do PSD Sónia Ramos.*

Não posso congratular-me, como gostaria, mas posso, ainda assim, dizer que hoje temos um horizonte de esperança,...

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Ramos** (PSD): — A esperança é zero!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — ... mais do que aquilo que o PSD deixou quando foi Governo, que, no caso do Alentejo, foi «uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma».

O pior que pode ser feito, em relação a todos estes projetos de mobilidade que a região legitimamente ambiciona, é o ruído constante que alguns continuam a teimar em fazer e que só prejudica a sua boa execução, como por exemplo o atual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.<sup>o</sup> Carlos Moedas, que, enquanto candidato do Baixo Alentejo, dizia uma coisa e, hoje, como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, diz outra. «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades», já diz o ditado.

*Protestos do PSD.*

Hoje — e o futuro é que nos interessa —, temos em curso 3,2 milhões de euros para projetos de execução: para a modernização do troço Casa Branca-Beja, da Linha do Alentejo, incluindo a eletrificação e a instalação de sistemas de sinalização e telecomunicações; para o estudo de viabilidade técnica e ambiental da ligação ferroviária ao aeroporto de Beja, fundamentalmente para as decisões que vierem a ser tomadas sobre este projeto, com dotação para a sua execução de 100 milhões de euros, inscrita no quadro comunitário 2030, no âmbito do PO regional do Alentejo.

*Aplausos do PS.*

O troço Ourique-Funcheira mantém-se em exploração, com a detenção de 25 kVA, proporcionando a ligação do ramal Neves-Corvo à linha do sul.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Isso é para as mercadorias!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Hoje temos garantias de que o IP irá desenvolver um estudo de procura de mercado e de análise custo-benefício para intervenções a realizar no reforço da rede ferroviária nacional, onde tal se revele pertinente, incluindo a reativação do troço Beja-Ourique, da Linha do Alentejo, onde se englobará o ramal de Aljustrel.

Aliás, esta localidade tem inscrita no PRR, com cerca de 7 milhões de euros, com concurso público para a sua execução...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Essa tem graça!

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — ... a lançar nos próximos meses, a variante circundante à vila, ambicionada há mais de 40 anos.

Já a nível da rodovia, hoje, temos bastante mais do que aquilo que nos foi deixado. Será intervencionado o IP8, entre Santa Margarida do Sado e Ferreira do Alentejo, incluindo a construção da variante à povoação de Figueira de Cavaleiros e entre Ferreira do Alentejo e Beja e da variante à povoação de Beringel, com financiamento do PRR, devendo a conclusão da obra ocorrer até 2025.

Está igualmente integrado no PRR o projeto designado IP8-A26, aumentando a capacidade de ligação entre Sines, o seu importante porto, e a A22.

Ao dia de hoje, só no Baixo Alentejo, nos últimos cinco anos, foram intervencionadas 19 obras de arte e beneficiadas várias estradas em cerca de 13 milhões de euros, a juntar mais 2,7 milhões de euros em fase de adjudicação. Não fizemos tudo o que queríamos, isso é certo, mas hoje temos mais do que o que nos foi deixado.

Para finalizar, existem uma estratégia, uma planificação, uma calendarização, uma decisão política e o financiamento assegurado dos vários projetos no quadro comunitário e no PRR.

Reunidas estas condições, Srs. Deputados, resta-nos, através das nossas funções — e cá estaremos, como sempre! —, acompanhar e defender este quadro de realizações, que legitimamente ambicionamos, para uma região que, economicamente, é cada vez mais marcante para os resultados do País; nomeadamente para a sua balança comercial, através das exportações, que temos aumentado, e com o aumento sucessivo da sua produção em vários setores de atividade, o que contribui, cada vez mais, em crescendo, para o PIB nacional.

Repito: hoje, temos um horizonte de esperança que os alentejanos, em geral, e os baixo-alentejanos, em particular, reconhecem, com confiança em que o futuro será melhor do que o triste passado de rasgar compromissos e de abandono a que todo o Alentejo foi votado.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Nelson Brito** (PS): — Permita-me terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente, com uma citação do republicano Brito Camacho acerca da nossa região: «O Alentejo, pela sua imensidão, não é uma província, é um país.»

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — A Mesa regista um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado Bruno Nunes, do Grupo Parlamentar do Chega, embora o Sr. Deputado Nelson Brito não tenha tempo para responder. Faça favor, Sr. Deputado Bruno Nunes.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, é uma questão de gestão, neste caso, de tempo.

Sr. Deputado Nelson Brito, gosto destes discursos. Uma vez mais, o senhor disse: «O Alentejo é uma imensidão. Pela sua imensidão, não é uma região é um país.» Está é desgovernado há 50 anos, à vossa conta, essa é que é a realidade.

Diga-me uma coisa — já não diz, mas poderá responder por escrito para o meu *e-mail* e terei todo o gosto em ver a sua resposta —, quanto à ampliação do hospital de Beja, vão ou não fazê-la? É porque a questão de Évora não resolve, estamos a muitos quilómetros para resolver.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quantos quilómetros são?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O senhor disse, inclusive, que o IP8 avança. Não esteve cá o Sr. Ministro e eu acredito que o Sr. Deputado se está a deparar com algo que é surreal, porque, sabe, a IP acabou de responder aos nossos autarcas dizendo que não vai avançar obra nenhuma do IP8.

Por isso, veja lá de onde está a tirar as informações, para não virem para o Parlamento, uma vez mais, prometer aos alentejanos mentira atrás de mentira.

*Aplausos do CH.*

Mentira atrás de mentira! Posso fazer-lhe chegar o *e-mail*, se não o tiver.

Em relação ao aeroporto de Beja, diga o senhor, em frente da sua bancada, se o aeroporto de Beja é a prioridade do Ministro Pedro Nuno Santos. É isso que andam a negociar com o PSD, que fique por ali e criem a solução de ferrovia para ligar a Espanha a Sines e a Lisboa? Ou é só uma visão sua, ao contrário da do seu partido?

É que vocês são um partido a diversas velocidades, tal como colocam a diversas velocidades Beja, Évora, Portalegre, de uma forma vergonhosa. Cada vez está mais esquecida, é a maior região do País e vocês tratam-na mal. Volto a repetir: é a maior traição do 25 de Abril!

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: No fim de dois debates dedicados ao Alentejo, além de saudar estes peticionários e de acompanhar o que já muito foi dito acerca da importância que tem a ferrovia para o desenvolvimento, não só, do Alentejo, mas também do País, acho que poderíamos acrescentar algo mais, aproveitando uma parte da missão da AMAlentejo, ou seja, da associação que promoveu esta segunda petição que discutimos.

A AMAlentejo tem desempenhado um papel importante no relembrar de que o Alentejo foi a região portuguesa que votou a favor da regionalização e no tentar — se não podemos fazer a regionalização sem saltar etapas, ou saltando etapas, se não a podemos fazer só para uma região — fomentar a criação de uma comunidade intermunicipal no Alentejo, que seja tão abrangente quanto possível e que nos permita, de certa forma, a partir do Alentejo, fazer o projeto piloto dessa regionalização que nos falta. Não estamos impedidos de o fazer, precisamente para fazer avançar o debate da regionalização.

Porque não submeter estes planos ao Governo, para que ele faça uns estados gerais do Alentejo? Porque não esta própria Assembleia da República dedicar uma parte do seu trabalho e das delegações que faz ao próprio Alentejo? Para não perdermos oportunidades como as que foram identificadas, porque não fazer desta mobilização que já existe na sociedade civil alentejana o tipo de debate de que precisamos para demonstrar que a regionalização é necessária no território continental do nosso País, que pode funcionar e que o Alentejo tem muito pioneirismo e futuro a dar ao nosso País?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Concluimos assim este ponto da nossa ordem do dia.

Passamos ao sexto ponto, que consiste na apreciação da Petição n.º 210/XIV/2.<sup>a</sup> (Daniela Avdija e outros) — Solicitam o agravamento das molduras penais previstas para os crimes contra animais de companhia, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 6/XV/1.<sup>a</sup> (PAN) — Alarga a tutela criminal dos animais, procedendo à quinquagésima sexta alteração do Código Penal, 260/XV/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia e prevê a implementação de um plano nacional de desacorrentamento e 301/XV/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, aumentando a proteção dos animais de companhia.

Para apresentar os projetos de lei do PAN, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, gostaríamos de saudar os peticionários que trouxeram a esta Assembleia um tema que nos é tão caro, o da proteção animal. Mais de 27 000 pessoas subscreveram uma petição para que fossem agravadas as molduras penais dos crimes de maus-tratos a animais, o que denota que, apesar de já existir esta incriminação, a sociedade civil continua desperta em relação a esta matéria.

Por muito que gostássemos de, a este tempo, estar a discutir a melhoria da legislação, infelizmente, não estamos a lidar com esse contexto. Neste momento, temos já três decisões do Tribunal Constitucional que vieram determinar que estas normas incriminadoras são inconstitucionais, pelo que tememos que o Plenário possa vir, de alguma forma, a suste e a ter uma visão muito pouco atualista da nossa Constituição, o que será certamente uma decisão em contraciclo com o sentir social.

Neste momento, com esta decisão, as consequências também já são visíveis nos tribunais portugueses — esfolar, esventrar, atirar animais vivos para o lixo, maltratar, entre outras formas de abuso, não tem consequência alguma. Ainda nesta segunda-feira, o Tribunal da Relação de Guimarães absolveu uma mulher que tinha sido condenada por maus-tratos a animais.

Não menos vezes estes crimes são praticados na presença de vítimas de violência doméstica, de menores ou, entre outras circunstâncias, de vítimas particularmente vulneráveis.

Ora, uma sociedade minimamente justa e evoluída não pode permitir que situações desta gravidade não constituam um crime. É por isso que o PAN defende uma iniciativa que visa densificar as normas e garantir uma maior certeza jurídica, apesar de não concordar em absoluto com a leitura e visão muito pouco atualista que tem reinado na secção do Palácio Ratton.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há muito tempo que não ouvia um ataque desta maneira ao Tribunal Constitucional!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — A proposta que o PAN apresenta dá também resposta a outro problema que nos parece claro e absolutamente fundamental, o da inconstitucionalidade — esta, sim, uma verdadeira inconstitucionalidade! — de limitar os crimes de maus-tratos e de abandono apenas aos animais de companhia, deixando de fora os maus-tratos que são perpetrados contra outras espécies, como por exemplo os cavalos, sendo que, de norte a sul do País, acabamos por ter inúmeros exemplos de maus-tratos a estas espécies.

Será que existe a coragem de, honestamente, dizer que estes animais, por serem de diferentes espécies, não sentem nem sofrem da mesma forma?

Ora, a Assembleia da República terá aqui uma oportunidade, ao viabilizar estas iniciativas, incluindo a do acorrentamento, de deixar bem claro que acompanhamos a sociedade civil, que reivindica o crime contra maus-tratos a animais — a todos eles, não apenas a animais de companhia — e, por outro lado, de se distanciar da visão curta do Palácio Ratton, que não pode ser insensível a que maltratar um animal não faz jus ao princípio da dignidade humana, entre muitos outros valores emanados da nossa Lei Fundamental.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para apresentar o projeto de lei do Chega, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: O partido Animais-Natureza — repito, Animais e Natureza! — traz-nos uma proposta que demonstra que, no desenho de políticas, excluem sempre, sempre, sempre as pessoas da equação.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Excluem as pessoas quando criam alarmismo sobre «tudo e um par de botas», mas não têm uma única palavra a dizer sobre idosos que morrem em lares, ao abandono, com feridas abertas e cobertos de formigas; ou, por exemplo, quando, como recentemente, desrespeitam resultados de eleições livres e democráticas que elegem líderes mulheres — ironicamente, para quem se diz feminista —, dizendo que com esses resultados, que são, e sublinho uma vez mais, fruto da vontade popular, vivemos dias tristes para a democracia.



*Aplausos do CH.*

Atropelam a democracia e ignoram as pessoas, mas não pensem que, com isto, lideram o debate no que toca à agenda animal, porque também não o fazem.

O Chega tem denunciado esta cegueira ideológica que pretende abolir tradições portuguesas como a das corridas de toiros, onde não há — repito: não há! — toiros de morte, mas depois fecham os olhos e votam-se a um silêncio absoluto sobre abates religiosos, por exemplo, para carne halal, em respeito, dizem eles, pelo multiculturalismo. Há milhares de animais que são degolados em Portugal em nome da tradição e, sobre isso, o PAN não tem nenhuma palavra.

Afinal, Sr.<sup>a</sup> Deputada, há animais de primeira e animais de segunda?

*Aplausos do CH.*

Quer dizer que há culturas e tradições mais importantes do que outras? Tem mesmo a preocupação animal ou o que a move é um ódio à cultura e à tradição portuguesas?

O que conluo é que o PAN é um partido moralista, mas sem moral.

Retomo o que dizia no início: discutimos propostas irrealistas que demonstram que, no desenho de políticas, há quem não pense nas pessoas. «Implementação de um plano nacional de desacorrentamento», «regulação do alojamento em varandas e espaços afins dos animais de companhia», isto soa tudo muito bem aqui e, certamente, a quem está lá em casa — ninguém gosta de imaginar animais acorrentados ou presos em varandas —, mas na prática o que propõe é absolutamente desenquadrado da dinâmica familiar dos portugueses comuns e da realidade do mundo rural.

Não podemos tomar o todo pela parte e regulamentar de forma autoritária como faz esta proposta, que peca por isso mesmo, ou seja, por colocar como igual o que é diferente.

Já pensou nos animais de guarda, que, para segurança de terceiros, estão presos enquanto os trabalhadores em quintas, por exemplo, realizam os trabalhos agrícolas? E o animal que é acorrentado momentaneamente para segurança do próprio? Prefere animais com correntes de 5 m, muitos deles com as correntes presas a cabos de aço, que permitem uma mobilidade maior, ou fechados num canil, em menos de 2 m<sup>2</sup>?

E como pretende aplicar e fiscalizar esta medida? Vai invadir a casa dos portugueses, um a um, e verificar as condições familiares? O que vai fazer aos animais depois? Vai acolhê-los a todos em sua casa?

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — São perguntas às quais merecemos resposta.

Não se combate a permanência de animais em varandas ao proibir-se estarem lá mais do que três horas, como propõem. Isto apenas vai promover o seu abandono e, recorde, estima-se que sejam abandonados mais de 30 000 animais por ano, com a agravante de que os canis estão cheios e as associações estão esgotadas e não conseguem acolher mais animais.

Aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada, responda-me a esta questão: não estarão em piores condições muitos dos animais alojados em pequenas *boxes* nos canis do que um cão que fica numa varanda algumas horas e que volta para dentro de casa quando a família regressa ao lar?

Sabe muito bem que há *boxes* de canis muito mais pequenas do que varandas, mas quanto a isso não tem dito absolutamente nada.

Não seria melhor promovermos adoções responsáveis? Não seria melhor educar e ajudar as pessoas a compreenderem as necessidades dos animais de companhia? É que nem todas as famílias têm capacidade de ter varandas com largos quintais ou de contratar *babysitters* para animais.

Repito, Sr.<sup>a</sup> Deputada, cada caso é um caso, mas a senhora ignora a realidade e, por isso, volta a reciclar uma proposta da Legislatura anterior, o que demonstra que ainda não percebeu o absurdo que é proibir que um animal possa ficar mais de 12 horas sozinho em casa. Crianças e idosos podem, os periquitos é que não! Aliás, a esta hora avançada do debate, temo já estar em incumprimento das suas normas loucas e, se calhar, já nem sou digna de voltar a minha casa para junto dos meus animais.

Uma vez mais, o PAN tenta criar tantas condicionantes e problemas que mais parece que não gosta de animais e que apenas promove o seu abandono. Estão desfasados do País real e das necessidades dos portugueses em cuidar dos seus animais, sobretudo nestes tempos de crise, mas o Chega não está.

*Aplausos do CH.*

Por isso, saudamos os peticionários, agradecendo as preocupações vertidas nesta petição, porque a defesa do bem-estar animal é, antes de tudo, um dever de todos. Se há franjas da sociedade que não percebem isto, então, devem ser criados mais mecanismos de proteção e penas adequadas para dissuadir os comportamentos de violência e maus-tratos.

O Chega é absolutamente favorável à criminalização dos maus-tratos a animais e nós já apresentámos diversas propostas nesse sentido, mas não podemos continuar a ignorar as sucessivas decisões de inconstitucionalidade por parte do Tribunal Constitucional.

É por isso que o Chega irá introduzir na sua proposta de revisão constitucional, de forma explícita, a defesa do bem-estar animal. Além disso, com esta proposta, propomos o aumento, para o dobro, das coimas previstas na legislação em vigor e pedimos, de forma concreta, que quem infligir maus-tratos a animais seja proibido de voltar a tê-los.

Identificamos, acima de tudo, como parceiros fundamentais no combate aos maus-tratos animais e no apoio aos seus donos os médicos-veterinários.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Propomos, por isso, que cada município tenha disponível, pelo menos, um médico-veterinário municipal e que seja dotado dos meios adequados.

Termino, Sr.<sup>a</sup> Presidente, com uma palavra, que é justa, para as associações de animais, que têm feito milagres no cuidado animal com estes poucos recursos que têm, e adianto que tememos os tempos de crise, que, como sabem, potenciam o abandono animal. É a isto que temos de responder.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários que, por sua iniciativa, trouxeram o tema dos maus-tratos a animais à discussão nesta Câmara. Somos, por isso, convidados a refletir sobre o agravamento das penas para quem pratique atos de crueldade para com animais de estimação.

Denominam-se «de estimação» porque são estes os animais que mantêm uma maior proximidade com os seres humanos, sendo, em muitos casos, os seus únicos companheiros.

A crueldade animal, seja de animais de estimação ou não, é sempre repulsiva e condenável. No entanto, ao contrário de outros partidos, tendemos a considerar que estas práticas abjetas não irão ser evitadas com o agravar das molduras penais.

A verdade é que, nos últimos anos, Portugal tem feito um caminho positivo no alargamento do regime sancionatório aplicável a quem maltrata animais, de forma cruel. Efetivamente, em 2020, foi aprovada legislação que agravou as molduras penais previstas para os crimes de maus-tratos a animais de companhia.

Não nos parece, portanto, que agravar ainda mais as molduras penais vá acabar com estes atos cruéis. O que irá ter impacto nesta triste realidade é a capacidade de investigar e de condenar quem pratica estes atos de índole cruel, garantindo, assim, uma efetiva justiça e uma responsabilização dos envolvidos.

No nosso entender, a maior proteção de todos os animais — não só dos animais de companhia — e a prevenção da ocorrência destes atos não se alcança através do aumento das molduras penais do crime de maus-tratos a animais de companhia. Alcança-se, antes, com um maior rigor e exigência na investigação criminal

levada a cabo pelo Ministério Público, a quem devem ser facultados os meios humanos, financeiros e materiais que permitam realizar as investigações necessárias para resolver estes crimes.

A crueldade animal deve ser combatida de forma eficaz, a sensibilização da sociedade deve ser crescente e estes crimes não podem continuar a ser cometidos, mas não nos podemos esquecer de que o aumento das molduras penais é o fim da linha, na ótica da prevenção geral do direito penal. Por isso mesmo, num partido responsável como é a Iniciativa Liberal, estas iniciativas não podem merecer o nosso acolhimento.

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real pediu a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Para defesa da honra, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

*Protestos do CH.*

Tendo em conta que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias disse que o PAN é «um partido moralista, mas sem moral», entre outras acusações que levantou, o PAN entende que deve usar a figura regimental prevista, da defesa da honra.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É só no fim do debate!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, gostaria de dar nota à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias...

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Srs. Deputados, peço que criem condições para que a Sr.<sup>a</sup> Deputada possa usar da palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

**Vozes do CH:** — Vai defender a honra?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sim, sim, defesa da honra pessoal.

*Protestos do CH.*

Sr.<sup>a</sup> Presidente, posso continuar?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se for pessoal é só no final do debate.

**Vozes do CH:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Peço desculpa, mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse «o PAN», que é a força política que represento...

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Srs. Deputados, façam o favor de criar condições para que nos possamos entender civilizadamente.

*Aplausos do PS e da Deputada do PSD Sofia Matos.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, quer fazer a defesa da honra em seu nome pessoal ou em nome do partido?

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — É em nome do partido Pessoas-Animais-Natureza, tendo em conta que foi dito que o PAN é «um partido moralista, mas sem moral».

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É só no fim do debate!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Srs. Deputados, tomei a decisão de dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Protestos do CH.*

Se os Srs. Deputados estão em desacordo, façam favor de invocar qual a norma do Regimento que o justifica e apelar para o Plenário.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias afirmou que o PAN era um partido moralista, mas sem moral, invocando, entre outras dimensões, o facto de estarmos a defender os animais e não as pessoas, nomeadamente as pessoas idosas e, em particular, as pessoas idosas abandonadas.

Gostaria de começar por esclarecer que, se, por acaso, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não vê as iniciativas de todas as outras forças políticas que dão entrada na Assembleia, o PAN, com apenas uma Deputada, vê-as, e apresentámos o Projeto de Lei n.º 241/XV/1.<sup>a</sup>, que terei todo o gosto em fazer-lhe chegar, o qual visa, efetivamente, criminalizar as condutas que consistam em maus-tratos ou abandono de pessoas idosas. Estamos aqui para defender os direitos dos animais e da natureza, sim, mas também para defender os direitos das pessoas.

Mais: referiu também, e censurou, o facto de eu ter publicamente afirmado que era um dia triste para a democracia na Europa, com a eleição e a ascensão da extrema-direita em Itália.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isto é defesa da honra?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Reitero tudo aquilo que disse, porque, de facto, a líder política eleita vem retomar os tempos do fascismo e do saudosismo em Itália. Lamento, mas estou do lado certo da História e continuarei a defender a democracia e os valores da nossa Lei Fundamental, em Portugal ou na Europa.

Quanto à discriminação em função do abate de animais segundo a alimentação Kosher e Halal, o PAN defende o fim destes abates, defende o fim da violência contra qualquer tipo de animais, portanto, também não é por aí.

Para concluir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, queria deixar a seguinte nota: em relação ao projeto de lei do Chega, que vem acusar-nos de ser moralistas, sugeria que passassem a ter mais rigor nas vossas iniciativas — que estão manifestamente mal feitas e desfasadas da própria legislação — antes de começarem a atacar as outras forças políticas que trabalham.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês Sousa Real, quando falei sobre o facto de o PAN ser um partido moralista, mas sem moral, fi-lo com base precisamente na sua última intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Obviamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou sobre cavalos — até escrevi as suas palavras — e disse que era preciso coragem para dizer que há uma discriminação em relação às diferentes espécies e que há uma consideração de diferentes valores. Mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem coragem de dizer quem é que maltrata os cavalos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não tem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É que o seu partido é o mesmo que censura os seus autarcas que denunciam os grupos e as etnias que maltratam os cavalos.

*Aplausos do CH.*

A isso chama-se hipocrisia, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

Hipocrisia também existe quando a Sr.<sup>a</sup> Deputada se diz «feminista», mas é incapaz de celebrar o feito histórico de a Itália ter, pela primeira vez, uma mulher no lugar de Primeira-Ministra. Vejo mais indignação da Sr.<sup>a</sup> Deputada em relação aos resultados eleitorais em Itália — repito, livres, justos, democráticos — do que ao comentar os casos que estão a acontecer em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Repito, há idosos que estão a ser comidos por formigas em lares.

*Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.*

Ainda por cima, tenho a certeza de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada seria tão infeliz no seu comentário, que a única coisa que teria a dizer sobre haver formigas em lares seria a de que a sua preocupação era mais para com as formigas do que para com os portugueses!

*Aplausos do CH.*

A terminar, quanto ao seu comentário relativamente à qualidade das propostas legislativas do Chega, a Sr.<sup>a</sup> Deputada acha que está numa corrida e apresenta propostas a metro, mas não fomos nós que reciclámos uma proposta que, já na Legislatura passada, tinha sido considerada descabida.

Pergunte-se: como é que um português real, uma mãe que trabalhe, que tenha filhos, que saia de casa às 8 horas da manhã e só consiga regressar às 8 horas da noite, consegue fazer companhia ao seu animal? Acha realista proibir que os animais estejam sozinhos em casa mais de 12 horas?

*Aplausos do CH.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, convido-a a sair da sua bolha de urbano-depressivos, que têm meia dúzia de animais no seu apartamento, e a conhecer a realidade do Portugal profundo. É isto!

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Araújo Correia, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. **Paulo Araújo Correia** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os subscritores da petição hoje, aqui, em discussão, que teve já o mérito de suscitar este debate, que engloba também três projetos de lei.

Esta é uma discussão muito importante, que tem por base um princípio com o qual todos nesta Casa estaremos de acordo, que é o seguinte: todos os seres vivos têm direito a coexistir num planeta que é de todos. Este princípio espelha a evolução da mentalidade do nosso povo, que se traduziu na evolução dos direitos dos animais não humanos.

É inegável que, nos últimos anos, têm sido dados passos significativos para a efetiva proteção dos animais, com claros avanços legislativos, como sejam: a criminalização dos maus-tratos, a alteração civilística da noção de «animal», a proibição do seu abandono ou a proibição do seu abate, entre muitos outros. E estes avanços, desde logo em matéria de criminalização de maus-tratos a animais de companhia, foram sempre feitos com a intervenção do PS ou a partir de propostas suas: falamos da criminalização de maus-tratos, em 2014; falamos da previsão de sanções acessórias, em 2015; e da revisão do regime para melhoria técnica e acompanhamento de sugestões dos operadores judiciais. Bem assim, os passos fundamentais de proteção animal foram de iniciativa ou mereceram sempre o voto favorável do Partido Socialista. São exemplo disso o primeiro projeto de estatuto jurídico dos animais no Código Civil, em 2012; a aprovação do regime de proteção de animais, limitando vendas *online*; a proibição de animais em circo; a melhoria das regras sobre identificação e registo de animais; e o fim dos abates em canis.

Estas conquistas e avanços, que aconteceram pela mão do Partido Socialista,...

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Menos! Menos!

O Sr. **Paulo Araújo Correia** (PS): — ... resultam do claro reconhecimento da senciência dos animais de companhia, o que leva a que, por razões éticas e morais, se deva reconhecer e conceder dignidade jurídica à existência do animal.

Esta dignidade animal, no nosso entendimento, não deve ser colocada ao nível da dignidade humana, mas, sim, a uma que tenha esta por base.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Araújo Correia** (PS): — Significa isto que não podemos olhar o animal apenas como um objeto que nos serve, mas temos de ter também em consideração que este é capaz de ser um fim em si mesmo, que este é capaz de ambicionar, tal como nós, uma vida feliz e duradoura, evitando a dor e o sofrimento a todo o custo.

Essa ambicionada dignidade dos animais tem vindo a ser reforçada ao longo dos anos, como já disse, sempre com contributos claros e decisivos do Partido Socialista.

Isto posto, a Assembleia da República não pode ignorar, até pelo princípio da separação de poderes a que todos nesta Casa estão adstritos, o contexto em que esta discussão é hoje, aqui, feita.

Falamos das decisões do Tribunal Constitucional, que, por fundamentos diversos e já aqui exaustivamente discutidos, tem entendido existir uma inconstitucionalidade na criminalização. É no conhecimento dessas decisões e dos seus fundamentos que esta discussão tem de ser feita e devidamente balizada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Araújo Correia** (PS): — Assim, reconhecendo haver no Projeto de Lei n.º 6/XV/1.<sup>a</sup>, do PAN, áreas de compromisso a ponderar e não ignorando que o alargamento da tutela penal a outros animais já teve um princípio de acordo entre o PAN e o PS na anterior Legislatura, consideramos ser prematuro estar a iniciar-se a discussão nesta fase, quando há um debate constitucional pendente, ainda numa fase preliminar.

Quanto ao Projeto de Lei n.º 260/XV/1.<sup>a</sup>, do PAN, destacando as boas intenções subjacentes ao mesmo, é preciso perceber-se que o ali proposto, especificamente no que diz respeito ao alojamento de animais em varandas, alpendres e espaços afins, pode colidir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, com a realidade habitacional nacional, correndo o risco de ser contraproducente. Com efeito, a aplicação súbita do proposto pelo PAN nesta matéria tenderia a piorar a situação de animais e seus tutores, já que estes se veriam objetivamente forçados a deixar de ter animais por falta de espaço.

O regime hoje em vigor, não sendo claramente um «mundo cor-de-rosa», é certamente menos prejudicial do que o que resultaria da aprovação do projeto de lei do PAN nestes exatos termos.

Aqui chegado e reconhecendo, mais uma vez, a pertinência das disposições sobre o acorrentamento de animais vertidas no projeto do PAN, afigura-se-nos que os casos a que este pretende responder configuram uma clara situação de maus-tratos, o que já merece proteção jurídica e já está devidamente acautelado na nossa lei.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Araújo Correia** (PS): — Termino esta intervenção, dizendo que o Partido Socialista estará, como sempre esteve, ao lado dos avanços e progressos em matéria de proteção animal.

Continuaremos, assim, a dar resposta ao dever de cuidar e zelar pelo restante reino animal, mas não ignorando, como partido responsável que somos, que esta discussão deve aguardar pela conclusão daquela que vier a ser a jurisprudência do Tribunal Constitucional sobre esta matéria.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Emília Cerqueira, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Emília Cerqueira** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Começo, naturalmente, por saudar os petionários — que não devem estar presentes, até pelo avançado da hora —, pela iniciativa que trouxeram, que é importante, especialmente no ano em que se assinala a primeira legislação para a proteção animal, aprovada em 2012.

Sr. Deputado Paulo Araújo Correia, queria lembrar-lhe que foi uma maioria absoluta do PSD e CDS que a aprovou e que, de facto, permitiu esta viabilização, nomeadamente através do Deputado Cristóvão Norte, sendo, depois, aprovado um texto único na comissão. O Sr. Deputado não sabe, mas acho que não podemos deturpar os factos e tirar os méritos a quem os tem, porque foi, de facto, com uma maioria de direita — que tanto despreza — que foi aprovado o primeiro estatuto.

Dito isto, passados 10 anos, nesta discussão de hoje, que é muito importante, remetemos para aquela que é a questão constitucional. Olhando para as propostas, nomeadamente a do agravamento das molduras penais, apresentada pelos petionários, e a do alargamento da tutela a todos os animais que não apenas os de companhia, apresentada pelo PAN, das quais sempre divergimos, não podemos, independentemente disso, fazer esta discussão sem olharmos a jusante, e a jusante temos já três decisões do Tribunal Constitucional, uma decisão e duas sumárias, que vieram declarar a norma inconstitucional.

O PSD, ao contrário do PS, sempre teve muito cuidado com esta matéria, e não é por acaso que na proposta de revisão constitucional apresentada antes do fim abrupto da anterior Legislatura já constava a proteção animal. Não era por acaso. É que, de facto, lá colocava-se a questão de todo o edifício jurídico que se tinha construído à volta da proteção animal e da criminalização dos maus-tratos aos animais poder estar em perigo, quer porque o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia não o prevê — prevê apenas as condições de dignidade para transporte de animais, mas em questões muito próprias, não lhes atribuindo direitos enquanto sujeitos de proteção por direitos constitucionais —, quer porque, a nível daquela que é a última *ratio*, que é a *ratio* criminal, tem de existir uma conexão com um bem jurídico protegido constitucionalmente. E o Tribunal Constitucional tem sido clarinho, cristalino, ao dizer que não existe esse bem jurídico protegido.

Ainda ontem, tivemos notícia de que o Tribunal da Relação de Guimarães também já decidiu no mesmo sentido perante situações — permitam-me dizer — chocantes para qualquer ser humano. A mim chocam-me profundamente as situações que estão por detrás destas decisões, mas não nos podemos deixar levar apenas pela nossa emoção e, com isto, fazer projetos de lei uns atrás dos outros, que ignoram completamente aquela que é a base de tudo isto, que é o ordenamento jurídico-constitucional.

Não tendo nós este suporte, temos, sim, de estar alertas, de olhar com muita atenção para enveredar pela tão reclamada revisão da Constituição, para que a proteção dos animais passe a ser uma realidade, não com

aquela visão absolutamente fundamentalista do PAN, que sobrepõe os direitos dos animais aos dos demais, de forma absolutamente irracional e que não se coaduna com a nossa realidade.

Portanto, temos de ter sempre em conta o bem-estar dos animais, é fundamental. Os maus-tratos aos animais são algo chocante para todos nós, mas temos de fazer o controlo dos animais errantes, temos de ter em conta o destino e o uso de cada animal — se é um animal de produção, se é um animal de companhia, se é um animal de guarda —, o porte do animal, o tipo de animal, porque as necessidades para o bem-estar animal não são, obviamente, todas iguais.

Lembro-me de dizer aqui, nesta Casa, noutros debates, que às vezes temos de saber quando parar, e é claro que o PAN nunca soube quando parar. Quis sempre mais, sempre mais, sempre mais, o que nos levou a um temido beco sem saída, que é o da inconstitucionalidade de todo este regime jurídico.

Isto não pode continuar, temos de olhar para a Constituição com muito cuidado. O PSD, como partido responsável que é, estará do lado da solução, mas não legislará em matérias ostensivamente inconstitucionais, já assim declaradas pelo Tribunal Constitucional em três decisões, que vos relembro: o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 867/2021, de 10 de janeiro; a Decisão Sumária n.º 306/2022, de 29 de março; e a Decisão Sumária n.º 344/2022, de 5 de maio.

Portanto, temos estas três decisões, já há mais decisões dos tribunais comuns, e este é o fim inexorável de todo este ordenamento jurídico e da queda, infelizmente, do crime dos maus-tratos a animais, se não fizermos nada para que este regime possa voltar a reerguer-se, não nos termos em que o PAN o vê, obviamente, mas indo ao encontro da proteção dos animais, à realidade dos portugueses, ao bem-estar dos animais, mas também das pessoas. As pessoas têm de ser sempre o elo fundamental em toda a relação e, mais do que tudo, têm de estar sempre em primeiro lugar nesta cadeia, e nunca podemos sacrificá-las, como tantas vezes vemos, em nome apenas de uma obsessão com a causa animal.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queremos começar por cumprimentar todos os cidadãos que, através desta petição, se dirigem à Assembleia da República.

O PCP, neste debate, reafirma que o problema dos maus-tratos a animais de companhia deve ter como resposta prioritária a adoção de medidas preventivas, que evitem as situações de maus-tratos e abandono de animais de companhia, discordando da opção de criminalização que impõe a aplicação de medidas de prisão depois de ocorridos os referidos maus-tratos e sem considerar qualquer mecanismo ou medida que os previna.

A opção pela criação de novos tipos de crime, pelas consequências e gravidade que implica, devia ter correspondido a uma intervenção de último recurso e é uma opção que se tem revelado errada e ineficaz quando não existem mecanismos de prevenção, controlo e fiscalização dos comportamentos que se pretendem evitar.

Optar pela aplicação de penas de prisão em casos de maus-tratos ou abandono de animais de companhia sem que existam meios de prevenção dessas situações é desproporcionado e contribui para criar erradas expectativas relativamente à possibilidade de resolução desse problema.

A utilização de processos-crime, com a mobilização dos meios de investigação, dos órgãos de polícia criminal e dos tribunais para o tratamento destas questões, além de desproporcionada, coloca obstáculos dificilmente compatíveis com resultados que possam contribuir seriamente para a dissuasão deste tipo de comportamentos. Seria, a todos os títulos, preferível a adoção de um regime contraordenacional proporcionado e suficientemente dissuasor dos maus-tratos a animais de companhia.

Não está em causa, para o PCP, a necessidade de prevenir, dissuadir, e, se necessário, sancionar os maus-tratos a animais de companhia, que são atitudes condenáveis e devem ser objeto de censura social e legal. O que está em causa é a insistência numa criminalização pouco sensata e, em boa verdade, ineficaz.

Merece ainda preocupação a possibilidade de, a pretexto da proteção dos animais de companhia, estes meios legais terem sido já utilizados, comprovadamente, para fins contrários aos objetivos com que foram instituídos, nomeadamente no âmbito de conflitos de vizinhança ou outros que nada tenham a ver com o bem-estar dos animais de companhia.



Uma referência ainda para o problema dos conceitos indeterminados. Quando estamos a tratar problemas aos quais queremos dar resposta, quando estamos a tentar resolver situações, proibindo, em termos gerais mas inconsequentes, e determinando a punição penal, a indefinição e a indeterminação é tal que, dir-se-ia, dificilmente conseguimos retirar daqui consequências positivas.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados: Para o PCP, o enfoque deveria ser colocado na prevenção e não numa resposta punitiva. Deveriam privilegiar-se medidas e ações no plano educativo e pedagógico, de promoção das preocupações com o bem-estar animal, do respeito e da convivência harmoniosa entre os seres humanos e os restantes animais na natureza, mas também o investimento em meios administrativos, sanitários e inspetivos que colocassem o Estado como promotor do bem-estar animal e não como mero repressor da violência exercida sobre os animais de companhia.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, quero começar por felicitar os mais de 27 000 signatários da petição que, hoje, discutimos e que foi organizada na sequência de um crime violento contra um animal, o cão Smoky. O relato da morte deste cão, atirado a um rio com tijolos amarrados à coleira, é chocante e indigna qualquer pessoa. Esta petição é a expressão dessa justa e legítima indignação e saudamos todas as peticionárias e todos os peticionários por manifestarem também esse desejo de um mundo melhor, onde o bem-estar animal seja respeitado.

Ao longo dos últimos anos, registou-se um enorme avanço nas políticas de bem-estar animal do País, desde logo com a lei que prevê a criminalização dos maus-tratos a animais, como a petição bem refere. Essa lei protege os animais, foi um marco na sociedade e uma nova forma de olhar para os animais.

Ainda assim, não ignoramos as suas limitações, desde logo o entendimento do Tribunal Constitucional, já aqui referido, de que os direitos dos animais não estão vertidos na Constituição e, como tal, os maus-tratos a animais não podem ser punidos com pena de prisão. Na prática, essa decisão, tomada já por três vezes, inviabiliza uma parte ou, em parte, a lei da criminalização dos maus-tratos a animais.

Há também severas limitações ao âmbito dessa lei, já que não abrange os chamados «animais para produção agropecuária» e não entra nas praças de touros deste País. Todos os maus-tratos a animais devem ser interditos, e não apenas alguns. São essas as prioridades do Bloco de Esquerda: garantir que a atual lei de criminalização de maus-tratos a animais possa ser realmente eficaz e alargar a lei para proteger todos os animais.

É por isso que consideramos que, neste momento, o agravamento das molduras penais não seria uma resposta para diminuir a violência contra animais. Não é essa medida que os impede ou que os diminui. A lei já dá um sinal claro de que essa conduta não é aceitável em sociedade.

Em cima dessa lei, precisamos de construir uma cultura do respeito pelo bem-estar animal. Aliás, vemos que, nestes debates, na Assembleia da República, há sempre quem peça penas mais pesadas para os maus-tratos a animais, ao mesmo tempo que festeja e aplaude a tortura de touros na arena. Esta não é uma postura séria. Da parte do Bloco de Esquerda, podem contar com uma cultura de respeito pelos animais.

No dia de hoje, não posso deixar de fazer uma referência a Viana do Castelo: ontem, vários autarcas receberam ameaças de morte e balas em envelopes. Isto aconteceu depois do início do processo de demolição da praça de touros daquela cidade. Estas ameaças não são toleráveis e, obviamente, merecem o nosso repúdio.

Há ainda várias transformações que precisamos de fazer na legislação do bem-estar animal. Precisamos de uma rede de centros de recolha oficial, com capacidade, em todos os municípios, para proceder à recolha e à esterilização de todos os animais...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para acabar com eles!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — ... e precisamos também de um programa de cuidados veterinários que permita, a todas as pessoas, e também às pessoas com baixos rendimentos, cuidarem dos seus animais, através de apoios e do envolvimento das faculdades de veterinária e dos veterinários municipais.

É também necessário retirar os animais dos espetáculos e envolver as associações de proteção animal na resposta pública.

É com a criação desta cultura de respeito e de bem-estar animal que podemos contribuir para a erradicação da violência e dos maus-tratos contra os animais. É também nesta cultura que encontramos e construímos uma unidade mais respeitadora do planeta e dos seres vivos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Caras e Caros Colegas Deputados, um ponto prévio é essencial para se fazer este debate: o Livre é contra o populismo penal.

Em debate, na campanha eleitoral para as eleições que, a todos, nos elegeram, disse, a quem promovia esse populismo penal em diversas áreas e setores, que ele não resolvia nada, que a duplicação e a triplicação de penas não levava a nenhuma diminuição do crime, como todos sabemos e como os estudos comprovam. Eu não seria coerente e não estaria de bem com a minha consciência se dissesse que, de repente, passei a ser pelo populismo penal em determinada área ou setor.

É impossível ler o texto desta petição e não ficar impressionado com o crime que nela é descrito. A proteção dos animais, o bem-estar animal é um bem em si mesmo e o Livre está, claramente, do lado da proteção e do bem-estar animal, mas não é pelo populismo penal e não entra num debate, numa competição, para ver quem é que é mais pelo populismo penal nos crimes contra pessoas ou nos crimes contra animais, nos crimes X ou nos crimes Y.

A lei criminal deve ser usada de forma proporcionada, segundo um critério de necessidade e de forma sensata. Existem uma série de outros instrumentos ao nosso dispor, de fiscalização, de prevenção, de educação, de bem-estar social, para os humanos também, que nos permitem minorar, mitigar e prevenir crimes contra animais.

O Livre também é pelo Estado de direito e pela independência do Tribunal Constitucional e não o deixa de ser só porque se trata de crimes contra animais. Esta é uma linha divisória muito clara entre o ecologismo e o animalismo. O Livre está, claramente, do lado do ecologismo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Srs. Deputados, chegámos ao fim da nossa ordem de trabalhos. Dou, agora, a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha, para os habituais anúncios.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Maria da Luz Rosinha): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, passo a anunciar que deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os Projetos de Resolução n.ºs [240/XV/1.<sup>a</sup>](#) (CH), que baixa à 7.<sup>a</sup> Comissão; [241/XV/1.<sup>a</sup>](#) (CH), que baixa à 11.<sup>a</sup> Comissão; [244/XV/1.<sup>a</sup>](#) (PAN), que baixa à 5.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 1.<sup>a</sup> e a 9.<sup>a</sup> Comissões; [245/XV/1.<sup>a</sup>](#) (L), que baixa à 1.<sup>a</sup> Comissão; [246/XV/1.<sup>a</sup>](#) (L), que baixa à 2.<sup>a</sup> Comissão; e [247/XV/1.<sup>a</sup>](#) (BE), que baixa à 8.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 6.<sup>a</sup> Comissão.

Deram, ainda, entrada na Mesa, e foram também admitidos, os Projetos de Lei n.ºs [315/XV/1.<sup>a</sup>](#) (CH), que baixa à 10.<sup>a</sup> Comissão; [319/XV/1.<sup>a</sup>](#) (PAN), que baixa à 6.<sup>a</sup> Comissão; [320/XV/1.<sup>a</sup>](#) (PAN), que baixa à 5.<sup>a</sup> Comissão; [322/XV/1.<sup>a</sup>](#) (PAN), que baixa à 12.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 1.<sup>a</sup> Comissão; [324/XV/1.<sup>a</sup>](#) (PSD), que baixa à 6.<sup>a</sup> Comissão; [328/XV/1.<sup>a</sup>](#) (BE), que baixa à 5.<sup>a</sup> Comissão; e [329/XV/1.<sup>a</sup>](#) (BE), que baixa à 5.<sup>a</sup> Comissão, em conexão com a 6.<sup>a</sup> Comissão.

Por fim, queria ainda informar que, por razões de isolamento profilático, o Sr. Deputado Francisco César (PS) acompanhou esta sessão por videoconferência.

É tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Edite Estrela): — Muito obrigada, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Lembro a Câmara de que a próxima sessão plenária terá lugar amanhã, às 15 horas, e estará na ordem do dia um debate com o Primeiro-Ministro, sobre política geral.

A todos, desejo uma boa noite.  
Muito obrigada e até amanhã.  
Está encerrada a sessão.

*Eram 19 horas e 30 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.